



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

**1. Mensagem aos Acionistas**

Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições legais e estatutárias aliado ao nosso compromisso com a transparência e o desenvolvimento econômico e social do estado da Bahia, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Desenbahia relativas ao exercício de 2018.

O ano de 2018 foi desafiador para o mercado brasileiro e exigiu muito trabalho e perseverança de todos os agentes econômicos, dentre os quais a Desenbahia se insere. O Lucro Líquido de aproximadamente R\$ 7,4 milhões e os demais resultados apresentados ao longo deste Relatório devem ser analisados à luz desse cenário econômico difícil e, nesse sentido, podem ser interpretados como uma vitória da instituição, uma vez que foram alcançados por meio de muito esforço de todos: colaboradores, administradores e parceiros.

Ao mesmo tempo em que a Desenbahia manteve-se atenta ao ambiente externo, conservou-se fiel aos propósitos de aperfeiçoamento constante e empreendeu avanços significativos na sua estrutura organizacional. Processos foram revisados e aprimorados, enquanto a Agência promoveu as adequações necessárias em atendimento à Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Uma série de medidas administrativas e processuais foi adotada ao longo do ano com o objetivo de imprimir mais agilidade no atendimento ao cliente, crescimento da carteira com segurança e rentabilidade e, não menos relevante, controle das despesas de pessoal e administrativas. Resultados operacionais e financeiros obtidos indicam que várias dessas medidas surtiriam efeito. A propósito, a maior atenção à recuperação de crédito se apresentou como uma medida adotada com efeito importante, uma vez que a atividade contribuiu sobremaneira na construção dos resultados obtidos pela Agência. O fato é que a Desenbahia operou em 2018 de modo a não permitir que a conformação pouco favorável do cenário externo enfraquecesse o papel da instituição para sociedade baiana e, simultaneamente, trabalhou com vistas a consolidar uma forma de atuação mais eficiente.

No que tange ao desempenho operacional, a Agência liberou R\$ 224,5 milhões, utilizando recursos que compõem as duas carteiras sob a sua gestão: a carteira Desenbahia e a do FUNDESE. Focando a atenção na carteira da Desenbahia, as liberações ficaram na casa de R\$ 114,3 milhões, tendo sido utilizados Recursos Próprios (RP) e recursos provenientes do Sistema BNDES/FINAME, BNB/FNE e FUNCAFÉ. Com os recursos do FUNDESE, as liberações foram de R\$ 110,2 milhões.

Aproveita-se a oportunidade para encaminhar os agradecimentos ao Exmº Governador Rui Costa e aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pela confiança, apoio e contribuições. Passa-se, a seguir, para o detalhamento das atividades operacionais do exercício de 2018 e a apresentação das Demonstrações Contábeis do período.

**2. Destaques****2.1 Aspectos do Cenário Econômico**

A recuperação vigorosa da economia brasileira, após uma sequência de anos de retração ou de baixo crescimento, não se concretizou em 2018. O incremento esperado do PIB para o ano de cerca de 1,3% se constituiu a metade do que se projetava no início de 2018. De fato, em seguida ao crescimento quase nulo da economia nacional em 2014 (de não mais que 0,1%), dois anos consecutivos de decréscimo (de -3,8%, em 2015, e de -3,6%, em 2016), e de um incremento muito tímido em 2017 (de apenas 1%), a atual projeção de pouco mais de 1% revela-se decepcionante. Esse baixo crescimento reflete um conjunto de fenômenos e incertezas que marcaram o ano de 2018 tanto no cenário nacional quanto no internacional. No campo interno, a greve dos caminhoneiros parou o país por dez dias e comprometeu sobremaneira os fluxos de mercadorias e pessoas, prejudicando de forma indelével o ritmo produtivo nacional. Ainda na esfera interna, as tensões com as eleições e as agendas indefinidas de reformas (tributária, previdenciária e trabalhista), evidenciando mais as dissonâncias entre os atores envolvidos que as possíveis pautas convergentes, acabaram por comprometer o ambiente econômico também. No cenário internacional, a guerra comercial entre Estados Unidos e China e as questões políticas como a coalização eurocética na Itália e a indefinição quanto à saída do Reino Unido da União Europeia causaram desconfortos com repercussões negativas para a economia mundial, inclusive a brasileira.

Dois indicadores macroeconômicos que se situaram em níveis satisfatórios foram a taxa de inflação e a taxa básica de juros da economia nacional - a taxa SELIC. A primeira dessas taxas, medida pelo IPCA, fechou o ano em 3,75%, abaixo, portanto, da meta de inflação estipulada pelo governo. A segunda, a taxa SELIC, manteve-se estável em boa parte do ano e permaneceu no seu menor nível histórico no fechamento do ano. É verdade, no entanto, que o patamar relativamente baixo desses indicadores foi resultado do ritmo claudicante da economia, o que reduz o ímpeto de comemorações.

No que se refere ao mercado de crédito direcionado, no qual se enquadra a atuação da Desenbahia, o ano de 2018 não se apresentou tão favorável. Nos seus relatórios periódicos, o Banco Central do Brasil registrou recuo das concessões com recursos direcionados, tendo aquelas dirigidas às pessoas físicas apresentado maior dinamismo, em contraste com as concessões às pessoas jurídicas que apresentaram recuo expressivo. Conforme o mesmo Banco Central, a dinâmica de financiamento às empresas com recursos direcionados tem sido influenciada pela migração das transações para o mercado de capitais.

Especificamente sobre a Bahia, as projeções são de que a taxa de crescimento do PIB irá se situar pouco acima da taxa brasileira, a despeito dos efeitos perversos da greve dos caminhoneiros para a economia estadual no segundo trimestre do ano, em particular, para a produção industrial. O setor que contribuiu mais significativamente para esse resultado, ainda que no estágio de projeção, é a agropecuária. A produção de soja bateu recorde na safra 2018, alcançando marcas históricas de produção e produtividade.

**2.2 Resultado Operacional e Financeiro**

Considerando as duas carteiras que administra, a da Desenbahia e a do FUNDESE, a Agência contabilizou liberações na casa dos R\$ 224,5 milhões em operações de crédito no exercício de 2018. Em termos de número de liberações, a quantidade manteve-se elevada, da ordem de quase 14 mil, sendo uma parcela significativa referente às operações de microcrédito. O setor empresarial foi beneficiado com 43,3% do volume financeiro total das liberações, o segmento da administração pública (operações com municípios) recebeu 14,8%, o setor rural beneficiou-se com 12% e o segmento de microempreendedores (inclusive do Programa PROTÁXI), com 29,8%.

Ao longo do ano, a Agência realizou a maior parte das liberações de

recursos previstos no contrato para a execução do projeto de construção da nova unidade hospitalar Instituto Couto Maia, a mais recente PPP na área de saúde do Estado. O contrato com a Sociedade de Propósito Específico - SPE, responsável pela construção e operação do hospital, foi celebrado em 2017. As primeiras liberações de recursos para o empreendimento ocorreram ainda naquele ano, mas a parte mais volumosa se deu em 2018, restando um valor residual a ser liberado em 2019. É importante registrar que a nova unidade foi inaugurada no início do segundo semestre do ano, já se encontrando, portanto, em funcionamento. Em função do quadro econômico pouco favorável, o Lucro Líquido que a Agência obteve, da ordem de R\$ 7,4 milhões, deve ser tratado como um resultado muito positivo. No que se refere às Receitas da Intermediação Financeira, a receita de Operações de Crédito ficou na casa de R\$ 110,2 milhões, valor significativamente superior ao registrado no ano passado, R\$ 87,3 milhões. O Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, no entanto, registrou uma queda importante nesse ano, em consonância com a manutenção da taxa de juros básica da economia brasileira, a taxa SELIC, no seu patamar mínimo histórico. O resultado contabilizado com essa rubrica, em 2018, foi de R\$ 26,8 milhões, 29% a menos que o valor obtido no exercício de 2017, R\$ 37,5 milhões.

Nas Despesas da Intermediação Financeira, considerando o ambiente econômico ainda retraído, a pequena elevação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de 2018 em relação a 2017 não se apresentou destoante. Foram contabilizados R\$ 33,5 milhões como Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa em 2018, cerca de 8,3% superior ao do registrado em 2017.

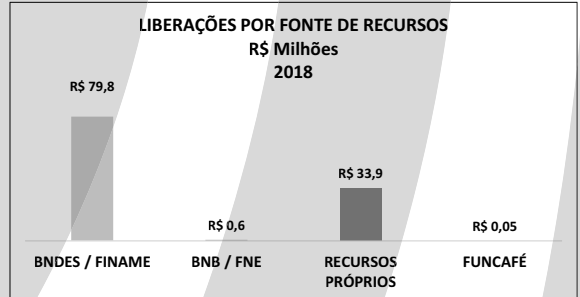
Na seara das despesas operacionais, é importante destacar o valor contido das Despesas de Pessoal, pouco menos de R\$ 48 milhões, e o das Despesas Administrativas, R\$ 13,3 milhões, contabilizados em 2018. Nos dois casos, os valores obtidos são menores que aqueles registrados no exercício anterior, e são resultados dos esforços que a Desenbahia vem imprimindo na sua meta de operar de forma mais eficiente. Na situação específica das Despesas de Pessoal, o valor contabilizado bem menor relativamente ao do ano anterior, que somou R\$ 62,8 milhões, é resultado da reorganização envidada ao longo de 2017. Já a queda do patamar das Despesas Administrativas de 6,7%, uma vez que o valor contabilizado em 2017 foi de R\$ 14,3 milhões, deve ser interpretada como uma indicação de que a Agência está no caminho acertado e que é possível atender às demandas do mercado e adotar ações proativas de forma eficiente e com emprego racional dos recursos.

**3. Desempenho Operacional**

Detalha-se, nesta seção, as liberações que foram realizadas com recursos da carteira Desenbahia. O tratamento das liberações operadas com recurso do FUNDESE está disposto na seção referente a fundos.

**3.1 Fomento por Fonte de Recurso**

A Desenbahia opera com várias fontes de recursos para as quais se encontra credenciada, a saber: BNDES/FINAME, BNB/FNE, FINEP/INOVA-CRED, FUNCAFÉ e Recursos Próprios (RP). Para essas fontes, exceto Recursos Próprios, a Desenbahia atua como agente repassador. No exercício em análise, a novidade foi a primeira liberação ocorrida com recursos do FUNCAFÉ. Apesar de ter se tratado de uma liberação de pequeno valor, as expectativas com relação à utilização dos recursos desse fundo são de expansão à medida que os produtores baianos de café comecem melhor as possibilidades de financiamentos disponíveis. Do conjunto liberado no período que compõe a carteira de operações de crédito da Desenbahia, os recursos do BNDES, inclusive FINAME, responderam por R\$ 79,8 milhões, ou 69,8% do total, constituindo-se na principal fonte de recursos da Agência. Os Recursos Próprios responderam por R\$ 33,9 milhões (29,7%), enquanto os recursos da fonte BNB/FNE, por R\$ 0,57 milhão (0,5%), e do FUNCAFÉ, por R\$ 0,05 milhão (0,04%).

**3.2 Apoio a Programas de Governo****Vida Melhor – Oportunidade para quem mais precisa**

O "Programa Vida Melhor" visa promover as ações de geração de renda e ampliação do acesso aos meios de sobrevivência, inclusão socioprodutiva, autonomia e trabalho decente de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social. O compromisso da Agência nesse programa é o de apoiar o financiamento para o crescimento e desenvolvimento das atividades produtivas organizadas por empreendimentos individuais, de micro e pequenas empresas, e pelos empreendimentos de economia solidária por meio da disponibilização de crédito. Através das linhas de financiamento a microempreendedores e instituições repassadoras de microcrédito, foco do "Programa Vida Melhor", a Agência liberou R\$ 25,3 milhões, através de pouco mais de 7 mil operações, com recursos provenientes da carteira Desenbahia no ano de 2018. Cabe acrescentar que, com objetivo de garantir a sustentabilidade do programa, foram intensificadas as ações de controle para redução da inadimplência.

**Desenvolvimento Produtivo**

O "Programa Desenvolvimento Produtivo" tem por objetivo promover o desenvolvimento do setor produtivo estadual em bases competitivas e sustentáveis, a partir do enfrentamento das suas fragilidades estruturais, sistêmicas e de integração ao mercado nacional e internacional. O compromisso da Agência nesse programa é o de apoiar a agroindústria, o comércio e serviços, a indústria e mineração e suas cadeias produtivas por meio da disponibilização de crédito. A Desenbahia disponibiliza linhas de financiamento para custeio e ou investimentos fixos à implantação e ampliação de empreendimentos agropecuários, para os setores de comércio e serviços promovendo o desenvolvimento social e econômico, e para empresas que atuam no setor industrial. No ano de 2018, a Desenbahia liberou R\$ 55,8 milhões para projetos enquadrados no programa.

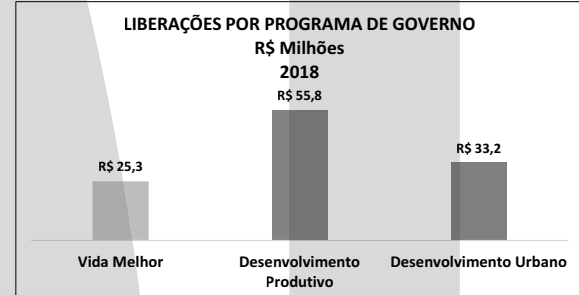
**Desenvolvimento Urbano**

O "Programa Desenvolvimento Urbano" visa promover a melhoria da qua-

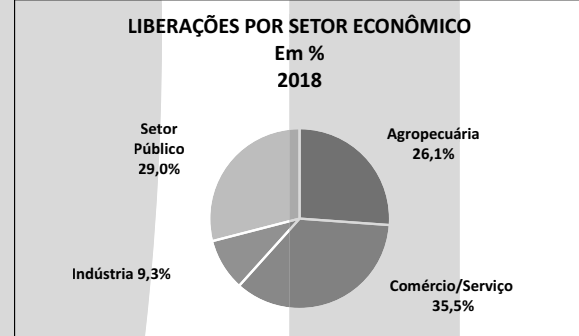
lidade de vida nos centros urbanos garantindo a mobilidade, a segurança, o acesso à moradia e aos serviços de saneamento. O compromisso da Agência é o de apoiar o desenvolvimento urbano dos municípios baianos por meio da disponibilização de crédito, e, para tanto, a Desenbahia disponibiliza linhas de financiamento para investimentos em infraestrutura básica e aquisição de máquinas e equipamentos necessários à administração pública. No exercício em questão, a Desenbahia liberou R\$ 33,2 milhões na forma de recursos de operações de crédito com vistas a atender às metas do programa. Em termos de número de municípios, contaram-se 20 beneficiados com liberações de recursos da Desenbahia em 2018.

**Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento**

O "Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento" tem por finalidade tornar a Ciência, Tecnologia e Inovação um instrumento estratégico fundamental para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do estado. A Desenbahia conta com operações de crédito que fazem parte deste programa na sua carteira de operações ativas, que somavam R\$ 13,2 milhões no final do exercício de 2018.

**3.3 Detalhamento das Liberações de Recursos**

A maior parcela das liberações efetuadas pela Desenbahia foi direcionada para o setor privado da economia, R\$ 81,1 milhões, representando 71,0% do total. O setor público, municípios, se beneficiou com R\$ 33,2 milhões, tendo atingido uma elevada participação relativa, 29,0%, ainda que inferior à registrada em 2017 (quando o mesmo setor respondeu por 32,1% do volume de liberações realizadas com recursos da carteira Desenbahia). No setor privado, as empresas do segmento Comércio/Serviços beneficiaram-se com liberações de recursos de financiamentos de R\$ 40,6 milhões, representando 50,0% das liberações desse setor (e 35,5% de todo o conjunto de liberações). O segundo segmento mais relevante do segmento privado foi a Agropecuária, favorecida com liberações de R\$ 29,9 milhões (26,1% do setor privado e 36,8% do total). Para o segmento Indústria, os desembolsos foram de R\$ 10,6 milhões, o que significou 9,3% das liberações para o setor privado e 13,1% das liberações com recursos da carteira Desenbahia.



Considerando o porte da empresa, a Desenbahia priorizou suas ações para as empresas classificadas como micro e de pequeno e médio portes. No setor rural, diante das demandas por crédito da pujante Região Oeste, a Agência também realizou liberações para unidades produtivas de grande porte.

O segmento empresarial que obteve maior volume relativo de liberações no exercício em questão foi o de empresas de pequeno porte, que absorveu R\$ 11,5 milhões. Os empreendimentos micro, de pequeno-médio e de médio portes beneficiaram-se com R\$ 17,3 milhões. No setor rural, as unidades de grande porte receberam R\$ 16,4 milhões, enquanto que as unidades de médio porte, R\$ 10,6 milhão.

Atenta à necessidade de contribuir para a inclusão social e a geração de renda, uma das principais diretrizes do Governo da Bahia, a Desenbahia gesta o bem-sucedido programa de microcrédito Credibahia. Através dele, milhares de empreendedores baianos atuantes nos segmentos informal ou mesmo formal do mercado obtêm apoio financeiro rápido e sem os trâmites do sistema financeiro formalizado. Microempreendedores Individuais e Autônomos, em grupos solidários ou de forma individualizada, contam ainda com o acompanhamento e a orientação para a aplicação eficiente dos recursos por parte dos agentes de crédito.

Com recursos da carteira Desenbahia, a Agência opera na modalidade de financiamento direto a microempreendedores (denominada de 1º piso), através da qual garante a oferta de crédito em locais cujo atendimento não representa foco principal para outras instituições financeiras. Com recursos do FUNDESE, a Agência também opera na modalidade de financiamento a instituições operadoras de microcrédito (também chamada de 2º piso). No caso do Credibahia 1º piso, o programa se apoia numa parceria constituída pela Desenbahia, SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Prefeituras. Em 2018, a área de atuação do programa manteve-se abrangendo 177 municípios do estado, 50% deles situados na Região Semiárida.

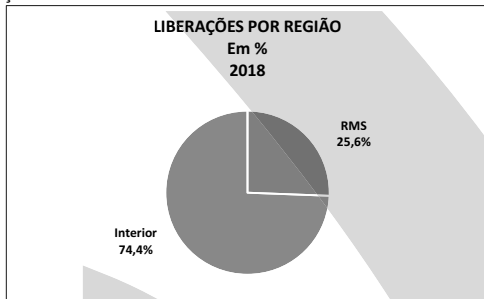
Considerando apenas os recursos da carteira Desenbahia, no período em destaque, o programa liberou R\$ 25,3 milhões, todo esse volume contabilizado no Programa de Governo "Vida Melhor".

Em termos de quantidade de operações, apenas para o Credibahia, com recursos da carteira Desenbahia, foram realizadas 7.084 operações de crédito.

Um aspecto a ser observado das liberações é a parcela do volume dirigido para o chamado "interior". O objetivo com esse tipo de detalhamento é res-



saltar o grau de contribuição da Desenbahia para a redução das desigualdades territoriais do desenvolvimento socioeconômico. Em função desse compromisso da Agência com o desenvolvimento espacial da Bahia mais equânime, são disponibilizados financiamentos para todas as regiões, fomentando o crescimento mais bem distribuído da produção, da renda e da geração de postos de trabalho. O apoio aos empreendimentos localizados no interior do estado é uma meta da Desenbahia, ciente que, sem o crédito, a economia se desenvolve mais lentamente e as regiões menos dinâmicas não saem da sua condição inerte ou mesmo dependente. Do total das liberações da Agência no período, os municípios do interior do estado foram contemplados com R\$ 85,1 milhões, representando 74,4% do volume global liberado. Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, foram destinados R\$ 29,3 milhões, equivalente a 25,6% do total das liberações.



O processo de interiorização da oferta de serviços mantém-se com a perspectiva de incremento gradual com a atuação dos gerentes de negócios sediados nos municípios de Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Juazeiro, Vitória da Conquista e Irecê. Com essa distribuição espacial das gerências de negócios, a Desenbahia consegue atender a todos os municípios que perfazem o interior baiano.

#### 3.4 Recuperação de Créditos

O cenário econômico e problemas climáticos impulsionaram a demanda por solicitação de renegociação de operações de crédito, com destaque para projetos analisados e implantados entre 2014 a 2016. Sensível a essas variações de cenário, a Agência optou por adotar novos procedimentos, no sentido de repactuar as operações e minimizar os efeitos da crise sobre os projetos apoiados.

Ante a limitações impostas pelos agentes repassadores, foi priorizada a utilização de recursos próprios, como forma de ajustar as obrigações financeiras à capacidade de pagamento das empresas, apostando que um novo cenário econômico e político está próximo a se configurar, de modo a permitir a retomada do crescimento e o reestabelecimento da capacidade de pagamento dos empreendimentos.

As ações de cobrança administrativa e judicial continuaram merecendo atenção especial da Desenbahia, com destaque para as operações contratadas com alienação fiduciária de imóveis. Este modelo de contratação passou a ser priorizado na Agência e tem se mostrado bastante eficiente no sentido de colocar as obrigações com a Desenbahia como prioritária na gestão financeira das empresas.

Também merece realce a atuação na movimentação processual, em especial, algumas ações de cobrança em curso há mais de 15 anos. Em decorrência desse conjunto de ações adotadas, resultados bastante relevantes foram alcançados no exercício, com grande contribuição nos lucros obtidos pela Agência.

#### 4. Gestão de Fundos

Além da concessão de crédito, a Desenbahia ainda executa outras atividades importantes em nome do fomento social e econômico da Bahia. Uma dessas atividades é a de gestão de fundos. Dois fundos são atualmente geridos pela Agência: o FUNDESE e o FGBP; e um terceiro fundo, o FUNDURBANO, gerido pela Agência por algumas décadas, em processo de extinção.

##### 4.1 Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE

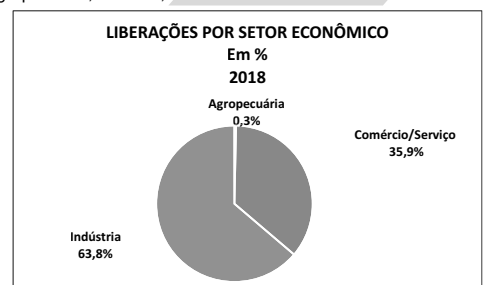
A Desenbahia é a gestora financeira do FUNDESE, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o FUNDESE constitui uma fonte alternativa de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenbahia. O Fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimentos do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado. No final do exercício, a carteira de crédito do FUNDESE alcançou R\$ 702,2 milhões.

Registra-se que mesmo o FUNDESE não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenbahia, como gestora do mencionado Fundo, submete todas as solicitações de operações de financiamento aos mesmos processos de avaliação de análise e risco de crédito e de governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira. Em função das atividades que realiza, a Desenbahia faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenbahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações deste Fundo.

##### Fomento por Setor

Os recursos do FUNDESE foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 110,2 milhões. Para as empresas do setor de Comércio e Serviços foram destinados 35,9% dos recursos, o setor Industrial recebeu 63,8% e o setor da Agropecuária, outros 0,3%.



#### Programas de Governo

O FUNDESE tem apoiado importantes programas de Governo, a exemplo do "Programa Vida Melhor - Programa de Interesse Social" e do "Programa Desenvolvimento Produtivo", dois programas para os quais o fundo exerce seu apoio através de liberação de recursos de financiamento. Para o "Programa Vida Melhor", que tem por finalidade disponibilizar linhas de financiamento para empreendimentos de economia solidária, empreendedores individuais e de micro e pequena empresa, os desembolsos alcançaram cerca de R\$ 23,6 milhões no exercício. Para o "Programa Desenvolvimento Produtivo", que visa apoiar os setores de comércio e serviços, de custeio e/ou investimentos fixos para agroindústria, indústria e mineração, promovendo assim o desenvolvimento produtivo do estado, o FUNDESE liberou R\$ 86,6 milhões nessa ação. Em outro compromisso do "Programa de Desenvolvimento Produtivo", "Custear a realização estudos técnicos que visem a implantação de empreendimentos públicos e privados relacionados ao desenvolvimento econômico e social", o FUNDESE realizou ações que somaram R\$ 0,3 milhão.

##### 4.2 Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência precípua a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de Parceria Público-Privadas – PPP. Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. São órgãos estatutários do FGBP: a Assembleia de Cotistas e o Conselho Consultivo. O Relatório de Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas com parecer do auditor independente.

No final do exercício de 2018, o saldo disponível do Fundo alcançou R\$ 258,3 milhões e o valor da cota ficou em R\$ 1,57. O Fundo garante dois contratos de concessão patrocinada: Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas e Sistema Viário BA-052. Registra-se que não houve qualquer movimentação financeira de honra de garantias referente a esse último contrato.

##### 4.3 Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURBANO

O FUNDURBANO foi constituído com a finalidade de apoiar as atividades de instalação e/ou expansão de equipamentos urbanos como sistemas de tratamento de água e esgoto, aquisição de equipamentos para a coleta de lixo e disposição final, pavimentação de ruas, drenagens e obras de controle de inundação, canalização de riachos, iluminação etc. Por força da Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, o FUNDURBANO entrou em processo de extinção. Em 2018, as atividades operacionais do Fundo se encerram, uma vez que venceram as últimas operações de créditos.

#### 5. Outras Atividades de Fomento

##### 5.1 Apoio a Projetos Estruturantes

Um dos valores identificados no Planejamento Estratégico 2016-2019 da Desenbahia foi o "Compromisso com o Desenvolvimento" que se apresenta, inclusive, por meio do apoio a projetos aderentes às políticas públicas do Estado da Bahia. Em alinhamento a esse valor, a Desenbahia celebrou contrato de financiamento para construção do novo hospital Instituto Couto Maia (ICOM) em 2017, mas liberou a maior parte dos recursos em 2018.

Ao longo do ano, a Agência manteve o ritmo das liberações vinculadas ao referido contrato bastante afinado às necessidades do projeto e ao cronograma das obras. Vale lembrar que o projeto é o de construção de uma unidade hospitalar que vai atender as demandas médicas provenientes do Hospital Couto Maia, especializado em doenças infecciosas e infecto-contagiosas, e do Hospital Dom Rodrigues de Menezes, voltado ao atendimento ambulatorial para pacientes com hanseníase. O projeto contratado na forma de uma Parceria Público-Privada pelo Estado da Bahia não se resume à edificação do prédio, mas contempla também a aquisição de móveis/utensílios, máquinas e equipamentos, softwares e veículos, além da prestação de serviços não clínicos.

O contrato celebrado pela Desenbahia e a empresa Couto Maia Construção e Serviços Não Clínicos, responsável pelo projeto, objetiva viabilizar a construção do hospital e a provê-lo de parte importante dos equipamentos necessários à sua operação. Para o financiamento estão sendo empregados recursos do FUNDESE, em conformidade com a natureza do projeto e o direcionamento que o Estado da Bahia tem dado aos recursos do fundo.

##### 5.2 Bahia Farm Show

Em 2018, a Desenbahia teve, mais uma vez, participação de destaque na Bahia Farm Show, a maior feira de agronegócios do Norte e Nordeste do Brasil e uma das três maiores do país em volume de negócios. Apesar da greve dos caminhoneiros ter postergado o evento, nessa última edição, a Desenbahia atingiu sua melhor performance na conversão de intenções de negócios em propostas de financiamento, superando a marca de 50%, perfazendo um montante de R\$ 97 milhões.

A Agência captou negócios que somaram R\$ 211 milhões entre projetos de investimentos em projetos de longo prazo, como implantação de agroindústrias, irrigação, correção de solo, armazenagem, eficiência energética e integração produtiva, além do financiamento a máquinas e equipamentos. As propostas de financiamento envolveram todas as regiões do estado.

#### 6. Gestão Organizacional

##### 6.1 Gestão de Governança Corporativa, Compliance e Risco

Alterações significativas na estrutura e nos processos das empresas estatais, principalmente no que se refere a governança corporativa, transparência e aquisição/contratação, foram instituídas com a Lei Federal nº 13.303/2016. Aproveitando-se das exigências da nova lei, a Desenbahia promoveu as mudanças exigidas e buscou se alinhar com as melhores práticas do segmento.

Uma das mudanças promovida foi a instituição de Comitê de Elegibilidade (ainda que provisório) para avaliação de candidatos a administradores e conselheiro fiscal. Em seguida, com o apoio desse Comitê, foram promovidas alterações na composição do Conselho de Administração e na formação da Diretoria Colegiada. Também foram promovidas alterações no Estatuto da Agência para a sua adequação à lei em referência. Com o novo regimento, o Conselho de Administração passará a contar com três comitês de assessoramento: Auditoria, Elegibilidade e Remuneração.

O Estatuto e muitos normativos criados (a exemplo do Manual de Governança Corporativa) e/ou alterados buscam dotar a Agência de uma governança corporativa mais atuante e presente, além de maior transparência nas ações envidadas.

Ainda em 2018, o Conselho de Administração aprovou o novo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Procedimentos Auxiliares à Licitação, que dispõe de um conjunto de diretrizes que devem ser observados nas licitações e contratos da Agência. O normativo na nova versão busca conceder maior autonomia e agilidade nesses processos.

No que tange à gestão de risco, a Desenbahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos a que está exposta, tendo como referência a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central. Além

do conjunto de normas publicadas por este Conselho, as Políticas Internas dão suporte à Gestão de Riscos, pois definem sua estrutura e os procedimentos adotados.

O Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos a que a instituição está exposta. São considerados como os mais relevantes os riscos de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, sempre ao lado da gestão de capital.

Também nesse ano, a Desenbahia iniciou a implementação da política de compliance, com base na Resolução CMN nº 4.595/17. De acordo com esse normativo, a gestão de compliance tem por função assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes. Além disso, a gestão de compliance também atua na orientação e conscientização à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à imagem da instituição.

Foram instituídos/aprimorados, nesse ano, os seguintes mecanismos de controle: acompanhamento de normativos externos; verificação de conformidade dos processos; Código de Ética e Conduta; canal de denúncias; Prevenção à Lavagem de Dinheiro/Financiamento ao Terrorismo – PLD/FT e Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção.

##### 6.2 Gestão de Pessoas

Ao longo de 2018, a Desenbahia executou um conjunto de ações no âmbito da gestão de pessoas, norteadas pela percepção da importância do investimento em treinamento e desenvolvimento do quadro técnico/gerencial da instituição para o alcance de novos patamares de operação condizentes à sua estrutura. Dentre essas ações, cabe destacar a definição e implantação do novo modelo de avaliação de desempenho dos funcionários, incluindo sistema informatizado.

No que se refere especificamente a eventos de treinamento e desenvolvimento, foram realizados 45 eventos internos e externos, com 467 participantes no total. Alguns dos treinamentos internos muito significativos foram os relativos ao IFRS 09 e ao Mercado Financeiro, além das palestras sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo – PLD/FT e Lei Anticorrupção.

A média mensal do total de treinamentos realizados permaneceu em 04 eventos/mês, valendo salientar a prevalência dos treinamentos internos, que reflete os esforços da gestão no sentido de racionalizar a aplicação dos recursos financeiros nessas ações.

##### 6.3 Comunicação Social

A Desenbahia realizou em 2018 as ações previstas no seu Plano de Marketing aprovado em dezembro de 2017. Dentre as ações realizadas, cabe destacar a implantação do planejamento digital da Desenbahia, as ações de suporte à participação da Agência na edição de 2018 da Bahia Farm Show e nas Caravanas de Negócios, além do projeto Inova Desenbahia e da implantação da Newsletter Institucional.

No final de 2017, foi elaborado o planejamento para a comunicação da Desenbahia nas plataformas digitais. Após treinamento da equipe, o planejamento foi executado visando ampliar a participação da Agência em suas redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram e YouTube, contribuindo para estreitar o relacionamento da empresa com seu público. Foram utilizados três tipos de conteúdo: 1) vendas, com divulgação dos produtos e serviços oferecidos; 2) informativo/educativo, divulgando temas relacionados a ações do Governo, eventos e novidades da Desenbahia; 3) relacionamento, com informações sobre clientes, colaboradores e datas comemorativas. As ações foram exitosas, com expressivo aumento de audiência, superando 30 mil seguidores nas diversas plataformas.

A campanha de suporte à atuação da Desenbahia na Bahia Farm Show de 2018, uma das maiores feiras agrícolas do Brasil, realizada no oeste baiano, teve enfoque comercial, divulgando as vantagens oferecidas pela Agência no crédito para aquisição de máquinas e equipamentos. O objetivo foi ampliar a conversão das propostas de financiamento e, assim, contribuir para aumentar a carteira de crédito com segurança e rentabilidade.

No último trimestre do ano, a Desenbahia retomou o programa Caravana de Negócios, com a realização das Caravanas do Sudeste e do Sertão, quando a Diretoria e a Gerência de Desenvolvimento visitaram diversos municípios. Vale sublinhar que o objetivo da caravana é estreitar relacionamento com clientes, lideranças empresariais e com instituições parceiras como CDL, Sebrae, Associação das Indústrias, além de prospectar novos clientes potenciais e acompanhar os clientes da carteira.

Em dezembro, a Agência lançou sua Newsletter Institucional, boletim eletrônico enviado aos clientes e demais partes interessadas, que substituiu a edição impressa do Jornal Desenbahia. Atuando em consonância com sua Política de Responsabilidade Socioambiental, a Agência economiza recursos naturais e financeiros, além de distribuir conteúdo de interesse para um maior contingente de destinatários.

##### Projeto Inova Desenbahia

Durante o ano de 2018, a Desenbahia realizou o projeto Inova Desenbahia, com o objetivo de promover a cultura da inovação na empresa, através da realização de eventos, criação de ambiente e estrutura de facilitação para o desenvolvimento de práticas inovadoras no relacionamento com os clientes. As ações abrangeram atividades de sensibilização e conscientização do corpo funcional, relativas à importância da inovação para a melhoria no relacionamento com clientes e usuários de produtos e de serviços financeiros.

Como entrega do projeto, foi instalado o Dia da Inovação-Desenbahia, um encontro mensal – evento com palestra – realizado presencialmente nas dependências da Agência, de modo a integrar o corpo funcional e parceiros externos. Os encontros, liderados por palestrantes e especialistas, tiveram foco na questão da inovação organizacional, abrangendo temas como Transformação Digital, Banco Digital, Fintechs, Inovação Financeira, Blockchain, entre outros.

Outra entrega importante foi a curadoria de conteúdo, com a realização de segmentação e filtragem de conteúdo sobre inovação e publicação regular de materiais e notícias sobre o ecossistema de inovação nos canais de comunicação institucional da Desenbahia. O objetivo foi pautar institucionalmente a inovação e realizar imersão sobre fatos e iniciativas mais recentes que afetam o mercado financeiro.

O grande destaque do programa foi a realização do Prêmio Inova Desenbahia, um concurso interno que teve o objetivo de valorizar as ideias, práticas e as equipes e empregados da Desenbahia comprometidos com o alcance de melhores resultados, dedicados a repensar atividades cotidianas por meio de pequenas ou grandes inovações que gerem melhoria no atendimento ao cliente e contribuam para o aumento da qualidade dos serviços prestados e das soluções financeiras.

O prêmio contou com grande engajamento dos colaboradores, com a apresentação de mais de 40 ideias, em duas categorias: A) Novas práticas, melhores produtos e serviços, com enfoque na busca de soluções para melhorar o atendimento ao cliente; e B) Eficiência de processos internos, com o objetivo de melhorar o desempenho com inovação nos processos organizacionais.



O projeto Desenharia APP foi o vencedor do Prêmio Inova Desenharia na categoria "Novas Práticas, Melhores Produtos e Serviços". A iniciativa irá oferecer aos clientes/mutuários da Desenharia uma aplicação para dispositivos móveis que facilitará a geração de boletos e acompanhamento de recebimento, extrato financeiro e solicitação de proposta de renegociação. O projeto "Inteligência Artificial na Prevenção à Lavagem de Dinheiro" foi o vencedor na categoria "Eficiência de Processos Internos" do Prêmio Inova Desenharia. Através de técnicas de aprendizagem de máquina, a proposta visa auxiliar no processo de identificação de supostas situações de lavagens de dinheiro em operações dentro da Desenharia.

Em 2019, as ideias vencedoras serão implementadas e aceleradas dentro de um ambiente interno especial e customizado, com a implantação do Laboratório de Inovação Aberta da Desenharia (LAB/D), que oferecerá estrutura de apoio à modelagem e desenvolvimento de soluções e serviços, além de ser um espaço para o desenvolvimento e capacitação para os gestores e empregados da Desenharia, com foco na inovação.

#### 6.4 Gestão de TI

Em 2018, a Desenharia iniciou a implantação de um Sistema de Gestão Integrada, ou *Enterprise Resource Planning* – ERP, Financeiro. Este processo está sendo executado pela empresa vencedora do processo, a PAR-TEC Tecnologia, e por analistas da própria Agência de diversos setores. Os trabalhos foram iniciados com a implantação do Cadastro de Clientes e Produtos-Linhas de Financiamento.

Paralelamente, a infraestrutura de servidores foi atualizada, de modo a promover uma modernização, com melhora do desempenho e da segurança deles, e preparar o ambiente para a utilização do novo ERP. Os ganhos com as rotinas de processamento já foram percebidos pelos colaboradores e clientes da Desenharia.

O serviço de Correio Eletrônico foi migrado para o ambiente Office365 da Microsoft, o que possibilitou melhorias na comunicação, aumento das caixas de correio, além da disponibilização de uma série de ferramentas mais atualizadas.

No tocante ao Sistema Único de Financiamentos – SUF, uma série de melhorias de processo e facilidades foi implantada, com vistas a: i) automatizar o processo de concessão de financiamento a municípios (módulo SUF-Municípios) e o de financiamento de capital de giro (módulo SUF-Giro); e ii) suportar a operação da Desenharia no evento Bahia Farm Show.

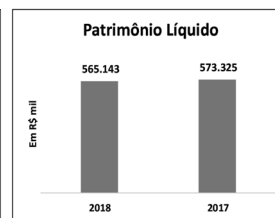
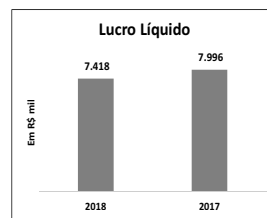
No controle de Patrimônio, foi atualizada a versão do sistema, utilizando o SISPRO Cloud Patrimônio, a fim de dar suporte a novas funcionalidades, seguindo recomendações dos órgãos de controle.

Na área de recursos humanos, foi implantado o sistema de RH, Controle de Frequência e o SISPRO e-Social, de acordo com cronograma estabelecido pela Receita Federal.

### 7. Desempenho Econômico-Financeiro

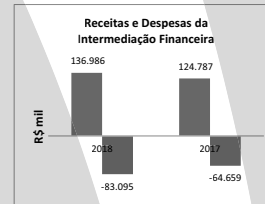
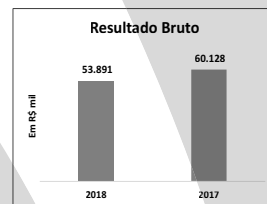
#### 7.1 Resultado Líquido

No exercício de 2018, a Desenharia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 7.418 mil, registrando um decréscimo relativamente pequeno de 7,2% em relação ao resultado obtido no ano anterior. Por outro lado, o Patrimônio Líquido da Desenharia encerrou 2018 com uma queda de 1,4% em relação ao patamar que se encontrava no final do ano de 2017.

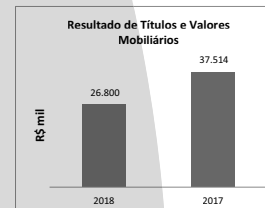
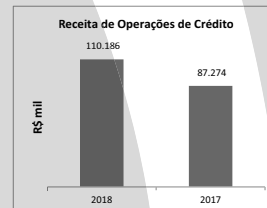


#### 7.2 Resultado Operacional Bruto

Analisando mais detidamente a Demonstração de Resultados do exercício, verifica-se que o Resultado Bruto da Intermediação Financeira apresentou uma redução de 10,4% em relação ao obtido no ano de 2017. Esse resultado foi proveniente da elevação das despesas de intermediação financeira em 28,5%, ao tempo em que as Receitas da Intermediação Financeira cresceram apenas 9,8%.

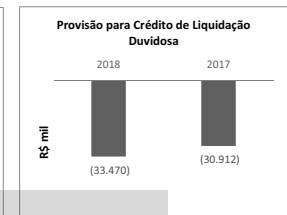
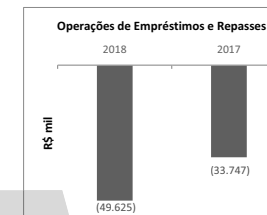


No que se refere às Receitas da Intermediação Financeira, verifica-se que, enquanto a Receita das Operações de Crédito cresceu 26,3% em 2018, o Resultado de Títulos e Valores Mobiliários sofreu um decréscimo de 28,6% em relação ao que foi auferido no ano anterior. Este último movimento é explicado, em grande medida, pela manutenção da taxa básica de juros da economia no seu patamar mínimo histórico.

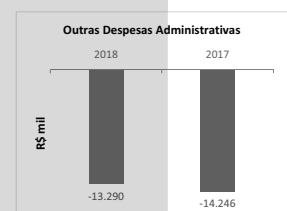
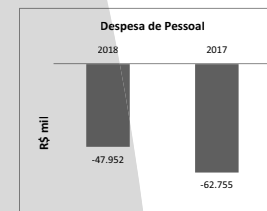


Quando o foco se desloca para as Despesas da Intermediação Financeira, observa-se um acréscimo de 47,1% na Despesa com Operações de Re-

passo e elevação de 8,3% da Provisão para Devedores Duvidosos entre os valores contabilizados em 2018 e em 2017. Esse último incremento tem sua explicação no processo necessário de reclassificação dos níveis de rating de algumas operações ativas por conta de inadimplência.



No campo das Despesas Operacionais, constata-se duas importantes conquistas no controle dos gastos administrativos. A primeira refere-se à queda das Despesas de Pessoal, que se situou no patamar de pouco menos de R\$ 48 milhões em 2018, e que reflete os frutos do processo de reorganização em 2017. A segunda, à queda das Despesas Administrativas, da ordem de 6,7% em relação a 2017, resultado dos esforços para o emprego mais racional e eficiente dos recursos por todas as áreas da Agência.



No tocante às Receitas Operacionais, o destaque fica por conta do decréscimo da Taxa de Administração de Fundos em 10,1%, efeito direto da redução do patrimônio do FUNDESE nos últimos dois anos.



#### Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018		2017		Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
<b>Circulante</b>		<b>510.960</b>	<b>595.396</b>	<b>147.121</b>	<b>139.954</b>	<b>Circulante</b>		<b>147.121</b>	<b>139.954</b>		
Disponibilidades	(4)	234	477			Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	(11)	77.700	81.553		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(5)	290.146	274.403			BNDDES		38.531	40.103		
Aplicações no mercado aberto		290.146	274.403			FINAME		28.161	30.809		
Títulos e valores mobiliários	(6)	75.826	144.155			FINPE		2.692	2.664		
Carteira própria		78.612	146.705			Outras instituições oficiais		8.316	7.977		
(Provisão para desvalorização)		(2.786)	(2.550)			<b>Outras obrigações</b>	<b>(12)</b>	<b>69.421</b>	<b>58.401</b>		
<b>Operações de crédito</b>	<b>(7)</b>	<b>131.906</b>	<b>146.308</b>			Arrecadação de tributos		22	43		
Operações de crédito		142.822	156.619			Sociais e estatutárias		55.049	41.487		
Setor público		32.462	29.948			Fiscais e previdenciárias		2.473	2.375		
Setor privado		110.360	126.671			Diversas		11.877	14.496		
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)		(10.916)	(10.311)			<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>504.992</b>	<b>524.804</b>		
<b>Outros créditos</b>	<b>(8)</b>	<b>12.341</b>	<b>29.728</b>			<b>Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais</b>	<b>(11)</b>	<b>491.531</b>	<b>504.342</b>		
Rendas a receber		2.347	5.623			BNDDES		284.950	277.433		
Diversos		10.022	24.116			FINAME		99.988	112.426		
(Provisão para outros créditos)		(28)	(11)			FINPE		10.142	12.727		
<b>Outros valores e bens</b>	<b>(9)</b>	<b>507</b>	<b>325</b>			Outras instituições oficiais		96.451	101.756		
Material em estoque		73	78			<b>Outras obrigações</b>	<b>(12)</b>	<b>13.461</b>	<b>20.462</b>		
Despesas antecipadas		434	247			Sociais e estatutárias		66	89		
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>(6)</b>	<b>663.686</b>	<b>603.644</b>			Fiscais e previdenciárias		-	1.641		
Títulos e valores mobiliários		84.181	-			Diversas		13.395	18.732		
Carteira própria		84.181	-			<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(13)</b>	<b>565.143</b>	<b>573.325</b>		
<b>Operações de crédito</b>	<b>(7)</b>	<b>529.968</b>	<b>553.897</b>			Capital	(13a)	511.261	511.261		
Operações de crédito		568.689	588.932			Reservas de lucros	(13b)	53.882	62.064		
Setor público		150.724	149.739								
Setor privado		417.965	439.193								
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)		(38.721)	(35.035)								
<b>Outros créditos</b>	<b>(8)</b>	<b>10.872</b>	<b>17.282</b>								
Rendas a receber		40	40								
Diversos		11.639	17.242								
(Provisão para outros créditos)		(807)	-								
<b>Outros valores e bens</b>	<b>(9)</b>	<b>38.665</b>	<b>32.465</b>								
Investimentos temporários		2.251	2.251								
(Provisão para perdas)		(2.251)	(2.251)								
Bens não de uso		38.738	32.538								
(Provisão para desvalorização)		(73)	(73)								
<b>Permanente</b>	<b>(10)</b>	<b>42.610</b>	<b>39.043</b>								
Investimentos		100	100								
Outros investimentos		597	597								
(Provisão para perda)		(497)	(497)								
<b>Imobilizado</b>	<b>(10)</b>	<b>37.607</b>	<b>37.680</b>								
Imóveis de uso		40.261	40.261								
Outras imobilizações de uso		7.869	6.850								
(Depreciação acumulada)		(10.523)	(9.431)								
<b>Intangível</b>	<b>(10)</b>	<b>4.903</b>	<b>1.263</b>								
Gastos com organização e expansão		7.298	3.723								
(Amortização acumulada do intangível)		(2.395)	(2.460)								
<b>Total do ativo</b>		<b>1.217.256</b>	<b>1.238.083</b>			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.217.256</b>	<b>1.238.083</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### Demonstrações do resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre de 2018		2018	2017
		2018	2017		
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>(14)</b>	<b>83.154</b>	<b>136.986</b>	<b>124.787</b>	
Operações de crédito		69.475	110.186	87.273	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		13.679	26.800	37.514	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(14)</b>	<b>(32.293)</b>	<b>(83.095)</b>	<b>(64.659)</b>	
Operações de empréstimos e repasses		(25.721)	(49.625)	(33.747)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(6.572)	(33.470)	(30.912)	
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>(14)</b>	<b>50.861</b>	<b>53.891</b>	<b>60.128</b>	
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	<b>(23.093)</b>	<b>(45.093)</b>	<b>(51.734)</b>		
Receita de prestação de serviços	(15)	14.503	29.472	33.002	
Despesa de pessoal	(16)	(25.583)	(47.952)	(62.755)	
Outras despesas administrativas	(16)	(6.358)	(13.290)	(14.246)	
Despesas tributárias	(16)	(3.506)	(6.638)	(8.878)	
Outras receitas operacionais	(15)	16.246	18.072	11.031	
Outras despesas operacionais	(16)	(18.395)	(24.757)	(9.888)	
<b>Resultado operacional</b>	<b>(17)</b>	<b>27.768</b>	<b>8.798</b>	<b>8.394</b>	
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(17)</b>	<b>112</b>	<b>389</b>	<b>6.355</b>	
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>27.880</b>	<b>9.187</b>	<b>14.749</b>	
Imposto de renda e contribuição social	(18)	(493)	(493)	(5.325)	
Participações estatutárias		(1.276)	(1.276)	(1.428)	
<b>Lucro líquido</b>		<b>26.111</b>	<b>7.418</b>	<b>7.996</b>	
<b>Juros sobre capital próprio</b>		<b>(6.000)</b>	<b>(15.600)</b>	<b>(40.050)</b>	
<b>Lucro por ação (%)</b>		<b>0,0002240</b>	<b>0,0000636</b>	<b>0,0000748</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Es-tatutária		
<b>Saldos em 1º de julho de 2018</b>	<b>511.261</b>	-	<b>23.517</b>	<b>10.254</b>	-	<b>545.032</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	26.111	26.111
<b>Destinações:</b>						
Reservas	-	-	371	19.740	(20.111)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>511.261</b>	-	<b>23.888</b>	<b>29.994</b>	-	<b>565.143</b>
<b>Mutações no 2º semestre de 2018</b>	-	-	<b>371</b>	<b>19.740</b>	-	<b>20.111</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>468.976</b>	<b>42.285</b>	<b>23.517</b>	<b>38.547</b>	-	<b>573.325</b>
Aumento de capital (13a)	42.285	(42.285)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.418	7.418
<b>Destinações:</b>						
Reservas (13b)	-	-	371	(8.553)	8.182	-
Juros Sobre o Capital Próprio (13c)	-	-	-	-	(15.600)	(15.600)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>511.261</b>	-	<b>23.888</b>	<b>29.994</b>	-	<b>565.143</b>
<b>Mutações no exercício - 2018</b>	<b>42.285</b>	<b>(42.285)</b>	<b>371</b>	<b>(8.553)</b>	-	<b>(8.182)</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>468.976</b>	-	<b>23.117</b>	<b>71.001</b>	-	<b>563.094</b>
Aumento de capital	-	42.285	-	-	-	42.285
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.996	7.996
<b>Destinações:</b>						
Reservas	-	-	400	(32.454)	32.054	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(40.050)	(40.050)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>468.976</b>	<b>42.285</b>	<b>23.517</b>	<b>38.547</b>	-	<b>573.325</b>
<b>Mutações no exercício - 2017</b>	-	<b>42.285</b>	<b>400</b>	<b>(32.454)</b>	-	<b>10.231</b>

	2º semestre de 2018	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>27.880</b>	<b>9.187</b>	<b>14.749</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>			
Constituição da provisão para desvalorização de títulos livres	19	236	1.421
Constituição da provisão para operação de crédito	5.765	32.664	30.915
Constituição da provisão para outros créditos	807	807	-
Atualização monetária e perdas com depósitos judiciais	301	526	309
Depreciação e amortização	786	1.518	2.507
Baixas do imobilizado com perdas	21	24	2
Constituição (Reversão) da provisão para perdas em processos judiciais	(14.180)	(10.153)	2.186
<b>Lucro líquido ajustado antes dos impostos</b>	<b>21.399</b>	<b>34.809</b>	<b>52.089</b>
<b>Variações patrimoniais</b>			
Títulos e valores mobiliários	9.659	(44.771)	36.071
Operações de crédito	1.978	5.668	(33.282)
Outros créditos	6.704	22.464	7.595
Outros valores e bens	(6.062)	(6.382)	(17.495)
Obrigações por empréstimos e repasses	(15.597)	(16.664)	23.095
Outras obrigações	(32)	(1.300)	(4.174)
<b>Caixa líquido oriundo das atividades operacionais</b>	<b>18.049</b>	<b>(6.176)</b>	<b>63.899</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado de uso	(1.148)	(1.154)	(12)
Aquisição de intangível	(322)	(3.955)	(1.182)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.470)</b>	<b>(5.109)</b>	<b>(1.194)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos	-	(1.898)	(4.170)
<b>Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(1.898)</b>	<b>(4.170)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>16.579</b>	<b>(13.183)</b>	<b>58.535</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	287.034	316.796	258.261
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	303.613	303.613	316.796
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>16.579</b>	<b>(13.183)</b>	<b>58.535</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. ("Desenbahia" ou "Agência"), sociedade anônima de capital fechado e de economia mista, constituída em 5 de dezembro de 1966, está localizada na Rua Ivonne Silveira, nº 213, bairro do Doron, Salvador, Bahia, Brasil, cujo controle acionário pertence ao Estado da Bahia, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como a realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento.

Opera e administra o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, o Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURBANO, este em processo de extinção.

**Reestruturação Administrativa da Desenbahia**

No ano de 2018, não tivemos impacto nas demonstrações contábeis fruto da reestruturação administrativa, ao passo que em 2017 foram concluídas duas etapas do Plano de Reestruturação Administrativa. No primeiro semestre, foram efetivadas grande parte das demissões previstas na etapa 01, iniciada em novembro de 2016. Estes desligamentos foram possíveis por conta da cassação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região, da liminar que impedia a realização dos desligamentos, concedida pelo juízo da 1ª Vara do Trabalho de Salvador.

Foram desligados 60 funcionários não concursados a um custo total aproximado de R\$ 13 milhões. A redução na folha de pagamento (salários e encargos) ficou em torno de 10,5%. A Administração entende não ser possível a reversão desta decisão.

Na segunda etapa, o principal foco foi o reordenamento das responsabilidades entre as gerências e aglutinação de algumas áreas como Gerência de Pessoal e Administrativo, Gerência de Compliance e Risco, englobando a Gerência de Processos e Organização e a concentração de toda a área jurídica na Gerência Jurídica.

Essas etapas foram fundamentais para que a empresa continue em busca da sustentabilidade econômico-financeira, manutenção da robustez da carteira ativa com redução do retrabalho e melhoria constante da eficiência operacional, fortalecendo o compliance e a governança.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo CMN, quais sejam:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 – Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e

- retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a empregados;
- Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversões de demonstrações contábeis;
- Resolução nº 4.534/16 – Ativo intangível;
- Resolução nº 4.535/16 – Ativo imobilizado.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Agência. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Colegiada em 20 de fevereiro de 2019.

**3. Principais políticas contábeis**

**a) Reconhecimento dos resultados**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez, que compõem o caixa e equivalentes de caixa, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. As operações compromissadas são registradas pelo seu valor justo.

**d) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

**e) Operações de Crédito**

As "Operações de crédito" encontram-se demonstradas pelos valores de realização, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos em função da fluência dos prazos con-

tratuais das operações, considerando que, se vencidas há mais de 60 dias, inclusive, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

**f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" encontra-se constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações em atraso, classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão, e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

**g) Outros créditos**

São demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

**h) Outros valores e bens**

Compostos por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em exercícios futuros.

**i) Permanente**

No permanente, os investimentos, o imobilizado e o intangível são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações. As depreciações das edificações são calculadas pela respectiva vida útil estimada, enquanto os demais itens do imobilizado de uso, devido sua baixa materialidade e grande pulverização, são calculados pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas fiscais anuais: 20% para sistema de transportes, processamento de dados e comunicação, e 10% para os demais itens.

Gastos subsequentes são ativados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Desenbahia.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O intangível é composto pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de logísticas, deduzido das amortizações calculadas pela respectiva vida útil estimada.

Tudo o ativo permanente tem seus valores recuperáveis testados, no mini-



mo, anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

#### j) Redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de ativos se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas pela redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado do período.

#### k) Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas das correspondentes despesas, quando aplicável.

#### l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

**Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja entrada de benefícios econômicos é provável, são divulgados nas notas explicativas;

**Provisões para perdas em processos judiciais:** São constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

**Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

**Obrigações legais:** Decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

#### m) Tributação

As provisões para os tributos sobre o lucro e sobre o faturamento são constituídas às alíquotas a seguir discriminadas e consideraram as bases de cálculo previstas nos dispositivos legais vigentes para cada tributo:

	(%)
Imposto de Renda – IRPJ (15% mais adicionais de 10%)	25
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20
PIS/PASEP	0,65
COFINS	4
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	5

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Agência optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa por suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

#### n) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Agência tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, dessa forma as provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Os benefícios pós-emprego concedidos pela Agência correspondem apenas à complementação de auxílio saúde por um prazo pré-estabelecido.

#### o) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa, apresentada pelo método indireto, inclui as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez, as compromissadas com vencimento de até 90 dias, e cotas de fundos de investimento com característica de equivalentes de caixa, registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### p) Instrumentos financeiros derivativos

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, as rubricas disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com cotas de fundos foram aglutinadas como caixa e equivalentes de caixa, cuja composição está apresentada da seguinte forma:

	2018	2017
<b>Caixa</b>		
Depósitos bancários	234	477
<b>Equivalentes de Caixa</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota explicativa nº 5)	290.146	274.403
Cotas de fundos de investimento BNB (nota explicativa nº 6)	13.233	41.916
<b>Total</b>	<b>303.613</b>	<b>316.796</b>

#### 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

A Desenbahia tem aplicações em operações compromissadas junto ao Banco do Brasil, cujo montante de R\$ 290.146 (274.403 em 2017) corresponde a 29 (29 em 2017) títulos lastreados em Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Estas aplicações tiveram rentabilidade média de 6,41503% (9,9521% em 31 de dezembro de 2017).

#### 6. Títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Renda fixa - LFT (1)	84.181	68.790
Fundo referenciado (2)	75.922	75.278
Fundos de empresas emergentes (3)	2.689	2.637
	<b>162.793</b>	<b>146.705</b>
Provisão para desvalorização de títulos – LFT (1)	(97)	(7)
Provisão para desvalorização de títulos – Outros (3)	(2.689)	(2.543)
<b>Total</b>	<b>160.007</b>	<b>144.155</b>
Circulante	75.826	144.155
R.L.P.	84.181	-

(1) Montante registrado em Letras Financeiras do Tesouro, correspondente a 8 (7 em 31 de dezembro de 2017) títulos, emitidos em 05 de março de 2018, com vencimento em 1º de setembro de 2020. Os referidos títulos têm rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia (SELIC);

(2) Montante se refere a fundo de investimento em renda fixa, aplicado no Banco do Nordeste. O fundo é composto por títulos públicos federais, cujo rendimento anual médio é de 6,1930% (9,8290% em 31 de dezembro de 2017), com baixo risco conforme Resolução CMN nº 3.757 (inciso 5, artigo 3º). Suas composições de ativos são:

	Sem vencimento	Até 3 meses	Faixa de vencimento – 2018				Total
			De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>BNB</b>							
Disponibilidades	3	-	-	-	-	-	3
Títulos públicos	-	13.240	-	4.654	-	28.781	46.675
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	29.254	29.254
Obrigações	(10)	-	-	-	-	-	(10)
<b>Total</b>	<b>(7)</b>	<b>13.240</b>		<b>4.654</b>		<b>58.035</b>	<b>75.922</b>

	Sem vencimento	Até 3 meses	Faixa de vencimento – 2017				Total
			De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>BNB</b>							
Disponibilidades	1	-	-	-	-	-	1
Títulos públicos	-	41.924	659	12.440	4.372	15.891	75.286
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações	(9)	-	-	-	-	-	(9)
<b>Total</b>	<b>(8)</b>	<b>41.924</b>	<b>659</b>	<b>12.440</b>	<b>4.372</b>	<b>15.891</b>	<b>75.278</b>

(3) O montante refere-se à aplicação em Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes administrado pelo Fundo Rio Bravo.

#### Movimentação das provisões por desvalorização de títulos

	2018	2017
Saldo inicial das provisões em 1º de janeiro	(2.550)	(1.129)
(+) Incremento no período	(355)	(1.502)
(-) Reversões no período	119	81
<b>(=) Saldo final das provisões em 31 de dezembro</b>	<b>(2.786)</b>	<b>(2.550)</b>

#### 7. Operações de crédito

##### Carteira por atividade econômica

	2018	2017
<b>Operações de crédito - Setor privado</b>		
Empréstimos – P. Físicas/BNDES-PMC	18.071	20.777
Empréstimos – Indústria	9.369	4.445
Empréstimos – Comércio	14.041	11.970
Empréstimos – Outros Serviços	11.056	12.560
Financiamentos – Indústria	73.571	94.452
Financiamentos – Comércio	18.350	19.056
Financiamentos – Outros Serviços	123.850	142.643
Financiamentos Rurais	236.611	235.233
Financiamentos Agroindustriais	1.629	1.231
Financiamentos de Infraestrutura	21.777	23.497
	<b>528.325</b>	<b>565.864</b>

##### Operações de crédito - Setor público

	2018	2017
Financiamentos - Governo municipal (1)	183.186	179.687
<b>Total operações de crédito</b>	<b>711.511</b>	<b>745.551</b>
<b>Outros créditos com características de concessão de crédito</b>		
Devedores por compra de valores e bens	-	1.669
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>711.511</b>	<b>747.220</b>

#### Classificação por nível de risco

	Provisionamento (%)	2018		2017	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
<b>Carteira própria</b>					
AA	-	184.692	-	179.313	-
A	0,50	142.550	(713)	168.027	(840)
B	1,00	195.957	(1.960)	209.234	(2.092)
C	3,00	116.795	(3.504)	104.098	(3.123)
D	10,00	12.663	(1.266)	15.489	(1.549)
E	30,00	8.125	(2.437)	26.849	(8.055)
F	50,00	605	(303)	2.529	(1.265)
G	70,00	860	(602)	6.510	(4.557)
H	100,00	34.389	(34.389)	21.842	(21.842)
<b>Total carteira própria</b>		<b>696.636</b>	<b>(45.174)</b>	<b>733.891</b>	<b>(43.323)</b>
<b>Carteira adquirida do BANE/ENE e BANE/ FINAME</b>					
AA	-	-	-	-	-
A	0,50	53	-	6	-
B	1,00	-	-	-	-
C	3,00	9.592	(288)	8.747	(262)
D	10,00	60	(6)	127	(13)
E	30,00	973	(292)	1.473	(441)
F	50,00	639	(319)	-	-
G	70,00	-	-	-	-
H	100,00	3.558	(3.558)	1.307	(1.307)
<b>Total carteira BANE</b>		<b>14.875</b>	<b>(4.463)</b>	<b>11.660</b>	<b>(2.023)</b>
<b>Total geral</b>		<b>711.511</b>	<b>(49.637)</b>	<b>745.551</b>	<b>(45.346)</b>
Circulante		142.822	(10.916)	156.619	(10.311)
R.L.P.		568.689	(38.721)	588.932	(35.035)

#### Carteira por níveis de risco e faixa de vencimento

	Operações Vencidas	Operações Vencidas - 2018				Acima de 90 dias	Total	(%)
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias			
AA	184.692	-	-	-	-	-	184.692	25,96
A	142.277	222	25	24	23	32	142.603	20,04
B	195.460	113	311	37	21	15	195.957	27,54
C	125.311	59	397	356	8	256	126.387	17,76
D	12.454	29	50	96	59	35	12.723	1,79
E	8.353	80	22	100	99	444	9.098	1,28
F	1.075	12	22	32	31	72	1.244	0,17
G	681	10	16	25	29	99	860	0,12
H	32.690	58	247	447	436	4.069	37.947	5,33
<b>Total</b>	<b>702.993</b>	<b>583</b>	<b>1.090</b>	<b>1.117</b>	<b>706</b>	<b>5.022</b>	<b>711.511</b>	<b>100,00</b>
	Operações Vencidas	Operações Vencidas – 2017				Acima de 90 dias	Total	(%)
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias			
AA	179.313	-	-	-	-	-	179.313	24,05
A	167.733	270	30	-	-	-	168.033	22,54
B	208.538	-	689	7	-	-	209.234	28,06
C	111.112	112	672	749	50	150	112.845	15,14
D	14.459	36	87	200	481	353	15.616	2,09
E	25.744	28	135	69	70	2.276	28.322	3,80
F	2.132	15	50	60	58	214	2.529	0,34
G	5.612	49	14	100	59	676	6.510	0,88
H	19.423	54	196	436	383	2.657	23.149	3,10
<b>Total</b>	<b>734.066</b>	<b>564</b>	<b>1.873</b>	<b>1.621</b>	<b>1.101</b>	<b>6.326</b>	<b>745.551</b>	<b>100,00</b>



**Concentração da carteira de operações de crédito**

	2018		Provisões
	Saldo (R\$)	Carteira (%)	
10 maiores devedores	219.581	30,86	1.626
50 seguintes devedores	283.600	39,86	22.224
100 seguintes maiores devedores	125.710	17,67	15.165
Demais devedores	82.620	11,61	10.622
<b>Total</b>	<b>711.511</b>	<b>100</b>	<b>49.637</b>

	2017		Provisões
	Saldo	Carteira (%)	
10 maiores devedores	221.350	29,69	8.648
50 seguintes devedores	294.807	39,54	11.729
100 seguintes maiores devedores	131.155	17,59	13.315
Demais devedores	98.239	13,18	11.654
<b>Total</b>	<b>745.551</b>	<b>100</b>	<b>45.346</b>

**Recuperação de Créditos**

	2º sem/2018	2018	2017
Créditos renegociados (a)	26.894	30.618	18.461
Créditos recuperados	18.412	21.480	8.453

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique em alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

**Movimentação da provisão para devedores duvidosos**

	2018	2017
<b>Saldo inicial das provisões para operações de crédito em 1º de janeiro</b>	<b>(45.346)</b>	<b>(45.115)</b>
(+) Incremento no período	(114.645)	(127.706)
(-) Reversões no período	81.981	96.791
(-) Baixas para prejuízo	28.373	30.684
<b>(=) Saldo final das provisões para operações de crédito em 31 de dezembro</b>	<b>(49.637)</b>	<b>(45.346)</b>

**8. Outros créditos**

	2018	2017
Rendas a receber (1)	2.387	5.663
Adiantamentos e antecipações salariais	799	780
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	26	43
Devedores por compra de valores e bens	-	1.669
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 20)	7.133	8.221
Impostos a compensar	130	-
Pagamentos a ressarcir	850	950
Títulos e créditos a receber (2)	4.743	18.255
Devedores diversos - país (3)	7.981	11.440
Provisão p/ outros créditos (4)	(836)	(11)
<b>Total</b>	<b>23.213</b>	<b>47.010</b>
Circulante	12.341	29.728
R.L.P	10.872	17.282

(1) O montante refere-se às taxas de administração e de equalização do FUNDESE (R\$ 2.075 | R\$ 5.581 em 31 de dezembro de 2017), do FUNDURBANO (R\$ 0 | R\$ 1 em 31 de dezembro de 2017), do FGDP (R\$ 38 | R\$ 41 em 31 de dezembro de 2017), e de valores de condomínio e manutenções a serem ressarcidos por órgãos que ocupam parte do espaço físico da antiga sede (R\$ 40 | R\$ 40 em 31 de dezembro de 2017);

(2) Saldo relativo à alienação do imóvel que abrigava a antiga sede da Entidade. Em 14 de outubro de 2015, foi assinado o contrato de promessa de compra e venda, junto ao Governo do Estado da Bahia, pelo valor de R\$ 37.500, a ser quitado em 37 parcelas consecutivas, atualizadas monetariamente desde a assinatura do contrato, com fluxo de pagamentos que se iniciaram em abril de 2016.

(3) Composição de Devedores diversos:

- Rebate nas taxas de juros das operações repactuadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e que são ressarcidas pelo STN - Tesouro Nacional (R\$ 3.308 | R\$ 6.352 em 31 de dezembro de 2017);

- Valores a serem ressarcidos pelo Banco do Nordeste dos descontos concedidos aos mutuários das operações Cacau/Vassoura de Bruxa (BNB/FNE/BANEB), optantes pelo PAC do Cacau, conforme previsto nas Leis nºs 11.775/08 e 12.249/10 (R\$ 187 | R\$ 187 em 31 de dezembro de 2017);

- Valores a serem ressarcidos em função de concessão de rebates para liquidação de operações de crédito rural, relativo a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, com ônus do FNE, conforme previsto na Lei nº 12.844/2013 (R\$ 3.145 | R\$ 3.145 em 31 de dezembro de 2017);

- O montante restante (R\$ 1.341 | R\$ 1.756 em 31 de dezembro de 2017) distribuído em valores a receber do BNDES em função do Programa Especial de Saneamento Agrícola (PESA), pequenos ressarcimentos e em pendências a regularizar.

(4) Ao longo de 2018 a Agência incorreu em provisionamento de valores por falta de expectativa de realização, no montante de R\$ 807.

**9. Outros valores e bens**

	2018	2017
Investimentos temporários	2.251	2.251
Provisão para perdas em investimentos temp.	(2.251)	(2.251)
Bens não de uso próprio – BNDU (1)	38.738	32.538
Provisão para desvalorização - BNDU	(73)	(73)
Material em estoque	73	78
Despesas antecipadas	434	247
<b>Total</b>	<b>39.172</b>	<b>32.900</b>
Circulante	507	325
R.L.P	38.665	32.465

	2018	2017
Terrenos	16.128	16.128
Imóveis	22.585	16.385
Obras de arte	25	25
<b>Total</b>	<b>38.738</b>	<b>32.538</b>

**10. Ativo permanente**

	2018			2017				
	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz.	Provisão	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz.	Provisão	Valor Contábil
<b>Investimentos</b>								
Outros investimentos	597	-	(497)	100	597	-	(497)	100
<b>Imobilizado de uso</b>								
Imóveis de uso	40.261	(5.332)	-	34.929	40.261	(4.664)	-	35.597
Instalações	1.417	(638)	-	779	1.417	(496)	-	921
Móveis e equipamentos de uso	2.571	(2.006)	-	565	2.567	(1.895)	-	672

Sistema de comunicação	292	(233)	-	59	299	(220)	-	79
Sistema de processamento de dados	3.585	(2.311)	-	1.274	2.558	(2.149)	-	409
Sistema de segurança	4	(3)	-	1	8	(6)	-	2
<b>Total</b>	<b>48.130</b>	<b>(10.523)</b>	<b>-</b>	<b>37.607</b>	<b>47.110</b>	<b>(9.430)</b>	<b>-</b>	<b>37.680</b>

**Intangível**

Outros ativos intangíveis	7.298	(2.395)	-	4.903	3.723	(2.460)	-	1.263
<b>Total</b>	<b>7.298</b>	<b>(2.395)</b>	<b>-</b>	<b>4.903</b>	<b>3.723</b>	<b>(2.460)</b>	<b>-</b>	<b>1.263</b>
<b>Total</b>	<b>56.025</b>	<b>(12.918)</b>	<b>(497)</b>	<b>42.610</b>	<b>51.430</b>	<b>(11.890)</b>	<b>(497)</b>	<b>39.043</b>

A Desenbahia procedeu com o teste de recuperabilidade de seus ativos, encontrando via laudo de avaliação do imóvel sede da Agência o valor de mercado de R\$ 37.920, estando ele registrado por R\$ 34.929, não havendo necessidade de ajustes.

**Movimentação**

	Investimentos	Imobilizado de uso	Intangível	Total
<b>Saldos iniciais do permanente em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>100</b>	<b>39.680</b>	<b>578</b>	<b>40.358</b>
(+) Aquisições	-	12	1.182	1.194
(-) Baixas	-	(2)	-	(2)
(-) Depreciação / Amortização	-	(2.010)	(497)	(2.507)
<b>(=) Saldo final do permanente em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>100</b>	<b>37.680</b>	<b>1.263</b>	<b>39.043</b>
(+) Aquisições (1)	-	1.154	3.955	5.109
(-) Baixas	-	(3)	(21)	(24)
(-) Depreciação / Amortização	-	(1.224)	(294)	(1.518)
<b>(=) Saldo final do permanente em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>100</b>	<b>37.607</b>	<b>4.903</b>	<b>42.610</b>

(1) Em maio de 2018, a Agência adquiriu a licença de uso de um software, no valor de R\$ 3.100, com vistas a incrementar os controles e gestão de operações de crédito, renegociação de crédito, análise de risco e processos judiciais.

**11. Obrigações por empréstimos e repasses no país - Instituições oficiais**

	2018	2017
BNDES	323.481	317.536
FINAME	128.149	143.235
FINEP	12.835	15.391
FUNCAFÉ	41	-
Banco do Nordeste - BNB	104.725	109.733
<b>Total</b>	<b>569.231</b>	<b>585.895</b>
Circulante	77.700	81.553
E.L.P.	491.531	504.342

Os recursos do BNDES são das seguintes linhas:

	2018	2017		
Valor (R\$)	Indexador	Taxa de Juros (%)	Valor (R\$)	
BNDES – Pronaf	1.062	Pré-fixadas	0,00% a.a	1.416
BNDES – Programa de microcrédito	12.120	TJLP	TJLP + 1,10% a.a	18.923
BNDES – URTJLP			TJLP + 1,10% a	
	91.469	TJLP	4,71% a.a	93.131
BNDES – Securitização	141.235	IGPM	4,86% a 7,12% a.a	134.327
BNDES – Programa de sustentação do investimento	14.436	Pré-fixadas	1,50% a.a.	17.228
BNDES – Prore nova	1.744	TJLP	TJLP + 0,90% a.a	2.164
BNDES – Automático		Pré-fixadas / SELIC Acumulada	1,20% a 4,70% a.a / 2,34% a 2,36% a.a.	16.655
	18.327		SELIC ACUM + 0,76% a 1,88%	
BNDES – Progeren		SELIC ACUM / TJLP /	a.a / TJLP + 1,50% a 2,7% a.a / 4,09% a 4,55% a.a	
	30.044	Pré-fixadas	4,70 a 5,70% a.a.	21.577
BNDES – Agrícola	13.044	Pré-fixadas		12.115
<b>Total</b>	<b>323.481</b>			<b>317.536</b>

Os recursos do FINAME são das seguintes linhas:

	2018	2017		
Valor (R\$)	Indexador	Taxa de Juros (%)	Valor (R\$)	
FINAME – Agrícola	6.720	Pré-fixadas / URTJLP/SELIC Acumulada	1,60% a 3,75% a.a / 1,6% a 2,00% a.a. / 1,70% a 1,78% a.a.	5.347
FINAME – Programa de sustentação do investimento	59.227	Pré-fixadas	0,00% a 8% a.a	81.283
FINAME – Securitização	10.885	IGPM	5,00% a 6,48% a.a	11.831
FINAME – Moderfrota 2	33.835	Pré-fixadas	1,70% a 5,70% a.a	29.593
FINAME – MPME (Micro, pequenas e médias empresas)	17.482	TJLP	TJLP + 1,6% a 2,1% a.a	15.181
<b>Total</b>	<b>128.149</b>			<b>143.235</b>

Os recursos do BNB são das seguintes linhas:

	2018	2017		
Valor (R\$)	Indexador	Taxa de Juros	Valor (R\$)	
BNB/FNE/Crédito rural (exceto lavoura cacauera)	7.183	Pré-fixadas	3,00% a 10,00% a.a	7.332
BNB/FNE/Securitização	1.045	IGPM	8,00% a.a	953
BNB/FNE/Lavoura cacauera (a)	43.912	Pré-fixadas	5,00% a 9,00% a.a	41.997
BNB/FNE/Turismo, indústria, comércio e serviços	30.808	Pré-fixadas	2,94% a 12,95% a.a	35.954
BNB/FNE/Infraestrutura	21.778	Pré-fixadas	10,00% a.a	23.497
<b>Total</b>	<b>104.726</b>			<b>109.733</b>

(a) As obrigações referentes às operações de crédito rural da lavoura cacauera estão em constante alteração devido às frequentes renegociações baseadas em leis federais.

A linha BNB/FNE/Lavoura cacauera não tem mais liberação de recursos e está sendo toda renegociada através das leis relativas ao PAC do Cacau.

Os recursos do FINEP são das seguintes linhas:

	2018	2017		
Valor	Indexador	Taxa de Juros	Valor	
FINEP	12.834	URJT01 FINEP	TJLP FINEP + 0% a 1,0% a.a	15.391
<b>Total</b>	<b>12.834</b>			<b>15.391</b>

Os recursos do FUNCAFÉ são das seguintes linhas:



	2018			2017		
	Valor	Indexador	Taxa de Juros	Valor		
FUNCAFÉ	41	Pré-fixadas	11,25% a.a.	-		
<b>Total</b>	<b>41</b>					
Segregação por faixa de vencimento:						
		2018			2017	
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	
BNDES	10.070	28.461	239.563	45.387	323.481	
FINAME	6.505	21.656	89.796	10.192	128.149	
FINEP	672	2.020	9.975	167	12.834	
FUNCAFÉ	16	13	12	-	41	
BNB	2.194	6.093	72.581	23.858	104.726	
<b>Total</b>	<b>19.457</b>	<b>58.243</b>	<b>411.927</b>	<b>79.604</b>	<b>569.231</b>	
		2017			2018	
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	
BNDES	8.640	31.463	227.422	50.011	317.536	
FINAME	6.388	24.421	93.845	18.581	143.235	
FINEP	660	2.003	10.500	2.228	15.391	
BNB	2.153	5.824	72.770	28.986	109.733	
<b>Total</b>	<b>17.841</b>	<b>63.711</b>	<b>404.537</b>	<b>99.806</b>	<b>585.895</b>	

**12. Outras obrigações**

	2018	2017
<b>Arrecadação de tributos</b>	<b>22</b>	<b>43</b>
IOF a recolher	22	43
<b>Sociais e estatutárias</b>	<b>55.115</b>	<b>41.576</b>
Dividendos e bonificações a pagar	53.789	40.087
Provisão para participação nos lucros	1.326	1.489
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>2.473</b>	<b>4.016</b>
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	64	1.618
Impostos e contribuições a recolher	2.409	2.398
<b>Diversas</b>	<b>25.272</b>	<b>33.228</b>
Dotação para aumento de capital	4.905	3.547
Obrigações por aquisição de bens e direitos	2.648	-
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	5.148	5.444
Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 20)	8.579	18.732
Credores diversos (2)	3.992	5.505
<b>Total</b>	<b>82.882</b>	<b>78.863</b>
Circulante	69.421	58.401
E.L.P.	13.461	20.462

(1) Do montante, a importância de R\$ 5.106 (R\$ 4.906 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao provisionamento das obrigações com décimo terceiro salário, férias e encargos, e R\$ 42 (R\$ 538 em 31 de dezembro de 2017) de provisão das despesas administrativas estimadas a serem pagas no mês subsequente;

(2) Deste montante:

- O valor de R\$ 2.943 (R\$ 2.943 em 31 de dezembro de 2017) representa saldo de receita a ser reconhecida quando realizados os ressarcimentos pelo FNE referentes à Lei 12.844/2013;
- O valor de R\$ 167 (R\$ 936 em 31 de dezembro de 2017) corresponde a contas a pagar das despesas administrativas;
- O valor de R\$ 882 (R\$ 1.626 em 31 de dezembro de 2017) está pulverizado em pequenos valores a pagar e pendências a regularizar.

**13. Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal após homologação pelo Banco Central do Brasil - BACEN, assim distribuídas:

	2018		2017	
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%	
Ações ordinárias	40.821.800	178.976	35	
Ações preferenciais com direito a voto	19.991.629	87.650	17	
Ações preferenciais sem direito a voto	55.797.782	244.635	48	
	<b>116.611.211</b>	<b>511.261</b>	<b>100</b>	
	2017		2018	
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%	
Ações ordinárias	37.445.571	164.172	32	
Ações preferenciais com direito a voto	18.338.191	80.401	16	
Ações preferenciais sem direito a voto	51.182.940	224.403	44	
	<b>106.966.702</b>	<b>468.976</b>	<b>92</b>	
Aumento de capital proposto		42.285	8	
		<b>511.261</b>	<b>100</b>	

O acionista majoritário, o Estado da Bahia, detém 99,99% das ações ordinárias e 99,94% das ações preferenciais.

**b) Reserva de lucros**

Conforme disposto na Lei nº 6.404/76 e no estatuto, quando aplicável, é constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2018 seu saldo é de R\$ 23.888 (R\$ 23.517 em 2017).

Ainda conforme normas citadas acima, é constituída reserva estatutária, para futuro aumento de capital, do lucro líquido deduzida da reserva legal e do montante destinado ao pagamento ou crédito de dividendos e de juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2018 seu saldo é de R\$ 29.994 (R\$ 38.547 em 2017).

**c) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O estatuto social da Agência confere o direito aos acionistas ao dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as regras nele definidas. A legislação pertinente e o estatuto social facultam que os juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos.

A Desenbahia calculou os juros sobre o capital próprio com base nas normas definidas pela legislação fiscal vigente, obedecendo ao seu limite, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Capital social	511.262	468.976
Reservas de lucros	62.064	94.118
<b>Total</b>	<b>573.325</b>	<b>563.094</b>
<b>Base de cálculo do JCP</b>	<b>573.325</b>	<b>563.094</b>
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP proporcional	6,723%	7,125%
<b>Limite do JCP</b>	<b>38.545</b>	<b>40.120</b>

A Desenbahia contabilizou durante o exercício o valor de R\$ 15.600 (R\$ 40.050 em 2017) a título de JCP.

A Agência efetuou, em junho de 2018, o pagamento de parte do JCP imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, do exercício de 2017, ao seu acionista majoritário no valor de R\$ 1.898 (R\$ 4.170 em junho de 2017), ficando o saldo remanescente do JCP a ser reinvestido na Desenbahia. A parte dos acionistas minoritários encontra-se à disposição deles.

Por remunerar seus acionistas mediante juros sobre capital próprio, a Desenbahia obteve uma economia fiscal no montante de R\$ 4.848 (R\$ 12.448 em 2017).

**14. Resultado bruto da intermediação financeira**

**Receitas da intermediação financeira**

	2º sem/2018	2018	2017
Operações de crédito	51.063	88.706	78.820
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	18.412	21.480	8.453
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	8.785	17.457	23.057
Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos	4.913	9.579	15.878
Receita com reversão de provisões operacionais - desvalorização de títulos	43	66	48
Despesas de provisões operacionais - desvalorização de títulos	(62)	(302)	(1.469)
<b>Total</b>	<b>83.154</b>	<b>136.986</b>	<b>124.787</b>

**Despesas da intermediação financeira**

	2º sem/2018	2018	2017
Empréstimos e repasses - BNDES	(18.118)	(34.395)	(19.111)
Empréstimos e repasses - FINAME	(3.109)	(6.214)	(5.035)
Empréstimos e repasses - FINEP	(300)	(621)	(673)
Empréstimos e repasses - outras instituições oficiais	(4.194)	(8.395)	(8.928)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.894)	(35.792)	(32.455)
Provisão para outros créditos	(807)	(807)	-
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.129	3.129	1.543
<b>Total</b>	<b>(32.293)</b>	<b>(83.095)</b>	<b>(64.659)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>50.861</b>	<b>53.891</b>	<b>60.128</b>

**15. Outras receitas (despesas) operacionais**

	2º sem/2018	2018	2017
<b>Receitas de prestação de serviços</b>			
Taxa de análise	746	1.027	1.167
Taxa de fiscalização de obras financiadas	-	4	28
Tarifa de substituição/exclusão de garantias	-	-	14
Tarifa de alteração de relatório de engenharia	5	57	233
Taxa com administração de fundos - FUNDESE	13.516	27.834	30.649
Taxa com administração de fundos - FGFB	232	538	873
Taxa com administração de fundos - FUNDURBANO	-	3	29
Taxa com administração de PPP	4	9	9
<b>Total</b>	<b>14.503</b>	<b>29.472</b>	<b>33.002</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Recuperação de encargos e despesas	237	432	459
Reversão de provisões operacionais - outras (1)	14.835	14.846	5.168
Outras rendas operacionais (2)	1.174	2.794	5.404
<b>Total</b>	<b>16.246</b>	<b>18.072</b>	<b>11.031</b>

(1) Reversão de uma contingência cível no valor de R\$ 13.846 mediante reconhecimento de perda nas despesas (vide nota explicativa nº 16);

(2) Composição:

	2º sem/2018	2018	2017
Rendas de equalização - PMC (a)	533	1.470	3.844
Rendas de equalização - PROTÁXI (a)	7	19	54
Atualização monetária de depósitos judiciais	107	293	434
Bônus recebidos	350	705	887
Outros	177	307	185
<b>Total</b>	<b>1.174</b>	<b>2.794</b>	<b>5.404</b>

(a) Equalização de custos financeiros regulamentada no Decreto nº 7.798 de 5 de maio de 2000, e alterações posteriores, pela Resolução do Conselho Deliberativo do FUNDESE nº 139/2007, relacionada ao crédito concedido no Programa de Microcrédito - PMC do BNDES e na linha de crédito PROTÁXI. O objetivo da equalização é a absorção da diferença dos custos financeiros entre os financiamentos.

**16. Outras despesas operacionais**

	2º sem/2018	2018	2017
<b>Despesas de pessoal</b>			
Honorários	(969)	(1.725)	(1.718)
Benefícios	(2.811)	(5.523)	(6.142)
Encargos sociais	(6.075)	(11.357)	(18.321)
Proventos	(15.337)	(28.528)	(35.659)
Treinamento	(93)	(160)	(368)
Estagiários	(298)	(659)	(547)
<b>Total</b>	<b>(25.583)</b>	<b>(47.952)</b>	<b>(62.755)</b>
<b>Outras despesas administrativas</b>			
Água, energia e gás	(981)	(1.767)	(837)
Aluguéis	(168)	(361)	(384)
Comunicações	(113)	(245)	(325)
Manutenção e conservação de bens	(455)	(934)	(954)
Material	(75)	(176)	(194)
Processamento de dados	(311)	(471)	(685)
Promoções e relações públicas	(35)	(125)	(212)
Propaganda e publicidade	(210)	(532)	(1.206)
Publicações	(56)	(362)	(526)
Seguros	(92)	(172)	(72)
Serviços com sistema financeiro	(360)	(758)	(833)
Serviços de terceiros	(761)	(1.459)	(1.539)
Serviços de segurança e vigilância	(649)	(1.107)	(1.000)
Serviços técnicos especializados	(572)	(1.222)	(1.196)
Transporte	(83)	(152)	(143)
Viagem no país	(190)	(426)	(371)
Outras despesas administrativas	(463)	(1.503)	(1.263)
Despesas de amortização (1)	(168)	(294)	(496)
Despesas de depreciação (1)	(618)	(1.224)	(2.010)
<b>Total</b>	<b>(6.358)</b>	<b>(13.290)</b>	<b>(14.246)</b>

	2º sem/2018	2018	2017
<b>Despesas tributárias</b>			
ISS	(725)	(1.474)	(1.652)
COFINS	(2.189)	(3.950)	(5.177)
PIS	(356)	(642)	(841)
Outras despesas tributárias	(236)	(572)	(1.208)
<b>Total</b>	<b>(3.506)</b>	<b>(6.638)</b>	<b>(8.878)</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>			
Despesas de provisões passivas (2)	(635)	(4.662)	(3.512)
Despesa descontos concedidos em renegociações	(1.360)	(2.488)	(2.334)
Outras provisões operacionais	(26)	(29)	(65)
Outras despesas operacionais (3)	(16.374)	(17.578)	(3.977)
<b>Total</b>	<b>(18.395)</b>	<b>(24.757)</b>	<b>(9.888)</b>

(1) A partir de 2018, com o advento das Resoluções CMN nº 4.534 e 4.535 as edificações e os ativos intangíveis passaram a sofrer depreciação e amortização de acordo com as respectivas expectativas de vida útil.

(2) Destaca-se, neste montante, o provisionamento de uma causa cível no valor de R\$ 3.329, em função de classificação de risco como provável. Além de outros provisionamentos pulverizados decorrentes da movimentação dos processos pelos diversos riscos de perda.

(3) Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com contingência no montante de R\$ 13.699. Este montante estava devidamente reconhecido no passivo, sendo esta provisão revertida (vide nota explicativa nº 15).

**17. Resultado não operacional**

	2º sem/2018	2018	2017
Receitas não operacionais (1)	115	506	6.785
Despesas não operacionais	(3)	(117)	(430)
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>389</b>	<b>6.355</b>

(1) Em 2017, ocorreu o recebimento de R\$ 5.160, em função de contingência ativa resultante de renegociação de uma operação de crédito.

**18. Tributos sobre o lucro**

Conforme previsto no Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, na Lei nº7.689, de 15 de dezembro de 1988, e suas alterações, a Desenbahia está obrigada a ter como forma de tributação do IRPJ e da CSLL, respectivamente, o lucro real, com seguinte apuração anual:

	2º sem/2018	Apuração anual do IRPJ 2018	2017
I – Lucro contábil antes dos impostos e após a dedução dos JCP	20.604	(7.689)	(26.729)
II – Adições	17.473	55.572	55.659
III – Exclusões	(23.169)	(45.872)	(10.989)
<b>IV – Lucro/Prejuízo real (I + II - III)</b>	<b>14.908</b>	<b>2.011</b>	<b>17.941</b>
V – Compensação de prejuízo fiscal	(4.472)	(603)	(5.382)
<b>VI – Lucro/Prejuízo fiscal (IV - V)</b>	<b>10.436</b>	<b>1.408</b>	<b>12.559</b>
VII – IRPJ (15%)	1.565	211	1.884
VIII – Adicional federal IRPJ ((nº meses * R\$ 20 mil)*10%)	1.032	117	1.232
IX – Incentivos fiscais – PAT	(63)	(9)	(75)
X – Incentivos fiscais - Prorrogação de licença maternidade	(86)	(108)	(87)
<b>XII – IRPJ (VII + VIII - IX + X + XI)</b>	<b>2.448</b>	<b>211</b>	<b>2.953</b>

	2º sem/2018	Apuração anual da CSLL 2018	2017
I – Lucro contábil antes dos impostos e após a dedução do JCP	20.604	(7.689)	(26.729)
II – Adições	17.473	55.572	55.659
III – Exclusões	(23.169)	(45.872)	(10.989)
<b>IV – Base de cálculo/Negativa da CSLL (I + II - III)</b>	<b>14.908</b>	<b>2.011</b>	<b>17.941</b>
V – Compensação de base negativa da CSLL	(4.472)	(603)	(5.382)
<b>VI – Base de cálculo/Negativa da CSLL (IV - V)</b>	<b>10.436</b>	<b>1.408</b>	<b>12.559</b>
<b>VII – CSLL (VI * 20%)</b>	<b>2.087</b>	<b>282</b>	<b>2.512</b>

**TOTAL DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**

Reconciliação dos tributos apurados com os registros no resultado:

	IRPJ	CSLL	Total
Tributos apurados	2.953	2.512	5.465
Ajuste na apuração de 2016 com reflexo em janeiro de 2017	(87)	(72)	(159)
Ajuste na apuração de 2016 com reflexo em julho de 2017	11	8	19
<b>DRE</b>	<b>2.877</b>	<b>2.448</b>	<b>5.325</b>

Além do saldo demonstrado acima, a Desenbahia possui os seguintes montantes de créditos tributários:

	2018			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para devedores duvidosos	145.384	35.792	(29.928)	151.248
Provisão para desvalorização de TVM	7	138	(48)	97
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	2.543	217	(71)	2.689
Provisão para contingências fiscais	1.757	113	-	1.870
Provisão para contingências trabalhistas	4.723	550	(960)	4.313
Provisão para contingências cíveis	12.251	4.000	(13.855)	2.396
Provisão para desvalorização de bens	73	-	-	73
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Provisão de valores a receber de alienação imóvel sede anterior	11	28	(11)	28
Recuperação de crédito baixado para prejuízo   tributação pelo efeito caixa	(40.503)	-	-	(40.503)
Provisão para outros créditos	-	807	-	807
Rendas de operações de crédito a apropriar	78.214	1.779	-	79.993
Depreciação/amortização diferidas	-	(548)	(441)	(989)
Ganho na alienação de imobilizado	(12.354)	-	9.265	(3.089)
<b>Total de diferenças temporárias</b>	<b>194.854</b>	<b>42.875</b>	<b>(36.049)</b>	<b>201.680</b>
Prejuízo fiscal	202.187	(603)	-	201.584
Base negativa da CSLL	201.305	(603)	-	200.702
<b>Total de créditos tributários</b>	<b>598.346</b>	<b>41.669</b>	<b>(36.049)</b>	<b>603.967</b>

	2017			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para devedores duvidosos	118.331	32.456	(5.403)	145.384
Provisão para desvalorização de TVM	49	-	(42)	7
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	1.080	1.469	(6)	2.543
Provisão para contingências fiscais	1.459	298	-	1.757
Provisão para contingências trabalhistas	3.935	1.152	(364)	4.723
Provisão para contingências cíveis	11.152	2.061	(962)	12.251
Provisão para desvalorização de bens	73	284	(284)	73
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Provisão de valores a receber alienação imóvel sede anterior	19	3.834	(3.842)	11
Recuperação de crédito baixado para prejuízo   tributação pelo efeito caixa	(40.503)	-	-	(40.503)
Rendas de operações de crédito a apropriar	76.264	1.950	-	78.214
Depreciação/amortização diferidas	-	-	-	-
Ganho na alienação de imobilizado	(21.619)	-	9.265	(12.354)
<b>Total de diferenças temporárias</b>	<b>152.988</b>	<b>43.504</b>	<b>(1.638)</b>	<b>194.854</b>
Prejuízo fiscal	207.571	-	(5.382)	202.187
Base negativa da CSLL	206.687	-	(5.382)	201.305
<b>Total de créditos tributários</b>	<b>567.246</b>	<b>43.504</b>	<b>(12.402)</b>	<b>598.346</b>

Os créditos tributários e os impostos diferidos sobre esses eventos temporários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações contábeis da Desenbahia, uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059) e que demonstrem a realização futura destes.

**19. Partes relacionadas**

A Desenbahia possui as seguintes partes relacionadas:

**Governo do Estado da Bahia:** Acionista majoritário;

Diretoria Colegiada, Conselho de Administração e Conselho Fiscal: Pessoal-chave da Administração;

**FUNDESE:** A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos na Lei Estadual nº 6.445, de 7 de dezembro de 1992, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo, em 31 de dezembro de 2018, montam R\$ 862.425 (R\$ 983.159 em 31 de dezembro de 2017), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação;

**FUNDURBANO:** A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURBANO, que se encontra em liquidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do FUNDURBANO, determina no seu art. 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações do Fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates de aplicações no mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia.

Os recursos desse fundo, em 31 de dezembro de 2018, montam R\$ 314 (R\$ 1.629 em 31 de dezembro de 2017), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. No exercício foi aportado na Desenbahia para futuro aumento de capital o montante de R\$ 1.576 (R\$ 1.629 em 2017). As operações de crédito do fundo foram liquidadas em maio de 2018, restando apenas a regularização de valores bloqueados judicialmente para que o fundo seja liquidado na íntegra;

**FGBP:** A Agência é gestora do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio, separado do patrimônio dos colistas, e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em, 31 de dezembro de 2018, montam R\$ 389.694 (R\$ 302.361 em 2017).

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, bem como as transações que a Desenbahia manteve com essas partes relacionadas nos exercícios correspondentes estão a seguir demonstradas:

	2018		
	Saldos a receber (Pagar) - Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) incorridas no 2º semestre	Receitas (Despesas) incorridas no período
Taxa de administração – FUNDESE	2.075	13.515	27.834
Rendas de equalização – FUNDESE	234	540	1.489
Taxa de administração – FUNDURBANO	-	-	3
Taxa de administração – FGBP	38	232	538
Ressarcimento de despesas - Secretaria de Turismo	40	-	-
Ressarcimento de despesas - Secretaria de Administração	162	-	-
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(53.789)	(6.000)	(15.600)
Remuneração da diretoria colegiada	(41)	(895)	(1.660)
Remuneração do conselho de administração	-	(164)	(363)
Remuneração do conselho fiscal	-	(59)	(184)
<b>Total</b>	<b>(51.281)</b>	<b>7.169</b>	<b>12.057</b>

	2017		
	Saldos a receber (Pagar) - Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas) incorridas no 2º semestre	Receitas (Despesas) incorridas no período
Taxa de administração – FUNDESE	5.723	14.967	30.648
Rendas de equalização – FUNDESE	790	1.719	3.897
Taxa de administração – FUNDURBANO	1	10	29
Taxa de administração – FGBP	41	377	873
Ressarcimento de despesas - Secretaria de Turismo	40	-	-
Ressarcimento de despesas - Secretaria de Administração	162	-	-
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(40.087)	(19.650)	(40.050)
Remuneração da diretoria colegiada	(83)	(781)	(1.436)
Remuneração do conselho de administração	-	(194)	(356)
Remuneração do conselho fiscal	-	(112)	(184)
<b>Total</b>	<b>(33.413)</b>	<b>(3.664)</b>	<b>(6.579)</b>

**20. Provisão para perdas em processos judiciais**

**Movimentação das provisões**

	Trabalhistas (1)	Fiscais (2)	Cíveis (3)	Total
<b>Saldo inicial das provisões contingenciais 01/01/2018</b>	<b>4.723</b>	<b>1.757</b>	<b>12.252</b>	<b>18.732</b>
(+) Constituição de provisão	-	-	3.445	3.445
(+) Atualização monetária	550	113	554	1.217
(-) Reversões	(960)	-	(13.855)	(14.815)
<b>(=) Saldo final das provisões contingenciais em 31/12/2018</b>	<b>4.313</b>	<b>1.870</b>	<b>2.396</b>	<b>8.579</b>
<b>Saldo inicial das provisões contingenciais em 01/01/2017</b>	<b>3.935</b>	<b>1.459</b>	<b>11.152</b>	<b>16.546</b>
(+) Constituição de provisão	587	-	973	1.560
(+) Atualização monetária	565	298	1.090	1.953
(-) Reversões	(364)	-	(963)	(1.327)
<b>(=) Saldo final das provisões contingenciais em 31/12/2017</b>	<b>4.723</b>	<b>1.757</b>	<b>12.252</b>	<b>18.732</b>

(1) A provisão para risco de perdas trabalhistas tem como origem 19 (20 em 31 de dezembro de 2017) processos acionados, em sua grande maioria, por ex-empregados de empresas terceirizadas ou sindicatos da categoria e um menor número de ex-funcionários da Agência. As provisões para perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, tais como indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e outros, na sua maioria como subsidiário.

(2) A provisão para risco de perdas fiscais tem como origem 3 (3 em 31 de dezembro de 2017) autos de infração da Receita Federal do Brasil questionando o não recolhimento de contribuição previdenciária (INSS) de empresas terceirizadas e o regime de não cumulatividade para apuração do PIS e da COFINS incidentes sobre o faturamento.

(3) A provisão para risco de perdas cíveis tem como origem 54 (47 em 31 de dezembro de 2017) processos, com destaque para as queixas em trâmite perante os juizados, pleiteando indenizações por danos morais e as ações revisionais questionando a aplicação das taxas de juros nos instrumentos firmados com esses clientes.





Em janeiro de 2018, a Agência recebeu uma notificação de Ação de Cobrança nº 0102944-11.2018.8.06.0001 da vara cível da comarca de Fortaleza-CE no montante de R\$ 51.043. A Administração da Agência não espera incorrer em perdas excedentes ao que reconhece como obrigação presente de R\$ 43.521, referente às operações de repasse junto ao Banco do Nordeste (BNB). Ver nota explicativa nº 11.

Em março de 2018, a Construtora Limoeiro ingressou com pedido de cumprimento de sentença referente ao Processo Judicial nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desenbahia pagasse o valor de R\$ 66.198, do processo ora referido.

Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. A Administração, respaldada pelo seu departamento jurídico, não espera incorrer em perdas junto à outra parte.

A Desenbahia é parte, também, em processos cujo risco de perda é possível e estão assim segregados: 23 (23 em 31 de dezembro de 2017) processos trabalhistas no valor de R\$ 1.515 (R\$ 1.345 em 31 de dezembro de 2017); 9 (7 em 31 de dezembro de 2017) autos de infração no valor de R\$ 3.987 (R\$ 3.439 em 31 de dezembro de 2017); e 25 (11 em 31 de dezembro de 2017) processos civis no valor de R\$ 44.762 (R\$ 41.858 em 31 de dezembro de 2017).

Em alguns processos, a Desenbahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei. Demonstramos a seguir o comportamento desses valores no exercício, que se encontram registrados na rubrica "Outros créditos" (ver nota explicativa nº 8):

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
<b>Saldos iniciais dos depósitos judiciais em 01/01/2018</b>	<b>3.155</b>	<b>4.637</b>	<b>429</b>	<b>8.221</b>
(+) Depósitos efetuados	440	-	510	950
(+) Atualização monetária	74	199	20	293
(-) Depósitos levantados (1)	(1.953)	(147)	(231)	(2.331)
<b>(=) Saldos finais dos depósitos judiciais em 31/12/2018</b>	<b>1.716</b>	<b>4.689</b>	<b>728</b>	<b>7.133</b>
<b>Saldos iniciais dos depósitos judiciais em 01/01/2017</b>	<b>3.361</b>	<b>4.245</b>	<b>450</b>	<b>8.056</b>
(+) Depósitos efetuados	220	151	103	474
(+) Atualização monetária	175	241	21	437
(-) Depósitos levantados	(601)	-	(145)	(746)
<b>(=) Saldo final dos depósitos judiciais em 31/12/2017</b>	<b>3.155</b>	<b>4.637</b>	<b>429</b>	<b>8.221</b>

(1) Os depósitos levantados são registrados em contas transitórias, para reconhecimento ao resultado após identificação junto aos respectivos processos. Em 2018, a Desenbahia incorreu em perdas no montante de R\$ 3.607, dos quais R\$ 819 se referem a exercícios anteriores.

#### 21. Benefícios a empregados

##### (a) Benefícios de curto prazo a empregados

São compostos notadamente pelas despesas de pessoal. Detalhes sobre estas despesas de benefícios a empregados encontram-se na nota explicativa nº 16.

##### (b) Planos de contribuição definida

A Desenbahia é participante de um plano de previdência complementar na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares à da previdência social oficial para seus colaboradores, como patrocinador de um plano aberto gerenciado pelo Bradesco Vida e Previdência, não incorrendo, desta forma, em nenhum risco para a Agência.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos através de contribuições efetuadas pela Desenbahia e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecida no regulamento básico do plano.

As contribuições da Desenbahia são limitadas a 12% do total da folha de pagamento de pessoal em cada ano e estão sendo integralizadas desde o mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites:

- De janeiro de 2000 até dezembro de 2004: até 12% da remuneração do participante; e
- A partir de janeiro de 2005: até 10% da remuneração do participante.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as contribuições da Desenbahia para esse plano totalizaram o montante de R\$ 1.684 (R\$ 1.862 em 2017).

#### 22. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Agência possui apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, num montante de R\$ 44.101 (R\$ 44.101 em 31 de dezembro de 2017), considerado suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Com relação às operações de crédito, é política da Desenbahia solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia dessas operações.

#### 23. Gerenciamento de riscos

A Desenbahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos a que está exposta, tendo como referência a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central. Além do conjunto de normas publicadas por este Conselho, dão suporte à Gestão de Riscos as políticas internas que definem sua estrutura e os procedimentos adotados.

O Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos a que a Agência está exposta. Considera-se como mais relevantes na gestão os riscos de crédito, de concentração, de liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

É mister ressaltar que, em 2017, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre a nova estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma integrada, tendo a Desenbahia adaptado suas políticas, diretrizes e rotinas às novas solicitações da referida Resolução ainda no início de 2018.

##### Risco de crédito

A gestão do risco de crédito da Desenbahia visa avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito, através da aplicação de metodologias compatíveis com as melhores práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição a risco de crédito, bem como estabelecendo uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da governança corporativa.

Os modelos adotados pela Agência acompanham as disposições contidas nas Resoluções CMN nº 4.557/17 e nº 2.682/99 e assegura que o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado, e acompanhado através dos cálculos da taxa de inadimplência, dos índices de provisão e de concentração por porte, grupo econômico, setor de atividade, rating e localização geográfica. Os resultados obtidos na análise de risco da carteira subsidiaram a tomada de decisão no sentido de transferir ou direcionar recursos para os projetos que apresentem a melhor relação entre aderência e rentabilidade, com o objetivo de aperfeiçoar a carteira. Em 2018, o índice de inadimplência da carteira foi de 4,14%, patamar inferior ao observado em dezembro de 2017 que foi de 5,42%.

As parcelas referentes às exposições ao risco de crédito, pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído estão refletidas no valor das suas exposições pelo fator de risco - RWA<sub>CPAD</sub>.

##### Risco operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Desenbahia.

A metodologia adotada reflete o contínuo aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da Agência e procura assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades sejam identificados, avaliados e controlados, bem como mantidos nos níveis e limites aceitáveis, definidos pela alta Administração;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos proces-

sos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;

- As recomendações sejam devidamente implementadas com o objetivo de minimizar o risco operacional de os procedimentos estarem em não conformidade com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a multas e/ou sanções de órgãos reguladores;
- Os objetivos estratégicos da Agência sejam atendidos, bem como os critérios regulamentares vigentes.

A Desenbahia, em função de sua estrutura, tamanho e grau de exposição aos riscos, adota a abordagem do indicador básico para cálculo de alocação de capital referente a risco operacional - RWAOPAD.

##### Risco de mercado

O risco de mercado decorre da probabilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento do risco de mercado da Desenbahia tem por objetivo auxiliar a Agência na definição de estratégias de atuação para a otimização de resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A Desenbahia adota o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco - VaR, como metodologia utilizada para quantificação da exposição a risco de mercado. O cálculo RBA é exigido para exposições sujeitas ao risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking), seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.365/07.

A perda máxima esperada em um dia, sob condições normais de mercado, por volatilidade nas taxas de juros, pré e pós-fixadas, no final de 2018 ficou em R\$ 1.716 mil, corresponde a 0,31% do patrimônio de referência da Agência abaixo do limite estabelecido pela Agência, de 3%.

O cálculo realizado é exigido para exposições sujeitas ao risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking), seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.365/07.

Como a Agência não dispõe de operações classificadas na carteira de negociação, não está submetida ao cálculo das parcelas RWAJUR, RWACOM, RWACAM e RWAACS.

##### Risco de liquidez

A Desenbahia dispõe de política de gerenciamento de liquidez adotada com base na Resolução CMN nº 4.447/17. O risco de liquidez da Desenbahia decorre da possibilidade de a Agência não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A estratégia adotada pela Agência para o gerenciamento do risco de liquidez é composta dos seguintes pontos:

- Controle das disponibilidades e monitoramento das previsões de entradas e saídas de recursos, de modo a antecipar potenciais necessidades de caixa;
- Manutenção da reserva de liquidez, constituída de reserva obrigatória e reserva contingencial.

##### Risco socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) implantada na Desenbahia, em consonância com a Resolução nº 4.327/14, determina o desenvolvimento de um Sistema de Gerenciamento de Risco Socioambiental (SARAS). Em 2018, a Desenbahia iniciou a operacionalização da matriz socioambiental que classifica o grau de risco socioambiental das operações de crédito.

O módulo para Gerenciamento do Risco Socioambiental (SARAS) atende à Resolução nº 4.327/14 do BACEN e à Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como à Resolução nº 4.557/17.

##### Gerenciamento de capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Desenbahia definiu sua política de gerenciamento de capital com o objetivo de monitorar e controlar o capital da Agência para mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Desenbahia, além de atender aos critérios regulamentares vigentes.

Para avaliação e monitoramento do capital foram adotadas como medidas o Patrimônio de Referência (PR) que corresponde ao capital à disposição da Agência e as parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), representado pelo montante de capital necessário à cobertura das suas necessidades para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer frente aos riscos incorridos, seja em situações normais ou em condições extremas de mercado. Dentro do contexto, é avaliada a adequação da estrutura de capital às necessidades da Agência e aos limites exigidos pelo BACEN, cujas apurações têm como base as Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Parcela RWA OPAD	194.168	145.353
Parcela RWA CPAD	574.792	634.833
<b>Ativos ponderados pelo risco - RWA (a)</b>	<b>768.961</b>	<b>780.186</b>
Patrimônio de referência nível I - PR_I	560.240	572.332
Capital principal	560.240	572.332
Capital complementar	-	-
Patrimônio de referência nível II - PR_II	-	-
<b>Patrimônio de referência - PR</b>	<b>560.240</b>	<b>572.332</b>
<b>Excesso de recursos aplicados no permanente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio de referência para limite de compatibilização (b)</b>	<b>560.240</b>	<b>572.332</b>
<b>Capital destacado para operações com o setor público (c)</b>	<b>300.000</b>	<b>300.000</b>
<b>PR para comparação com o RWA (d = b-c)</b>	<b>260.240</b>	<b>272.332</b>
Parcela RBAN (e)	1.716	1.687
<b>Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA (f = (a*8,625%) + e) (1)</b>	<b>68.039</b>	<b>73.854</b>
<b>Margem / Insuficiência (g = d-f)</b>	<b>192.202</b>	<b>198.477</b>
<b>Índice de Basileia: PR/RWA</b>	<b>33,84%</b>	<b>34,91%</b>

(1) Conforme previsto no artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193/13, o percentual de requerimento mínimo de PR para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA, está em faseamento para redução até 8% (Em 2018 - 8,625% | Em 2017 - 9,875%).

#### 24. Outros assuntos

##### a) Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Em abril de 2017, foi expedida Resolução nº 028/2017 do TCE, que declarou a ilegalidade do Contrato de Concessão nº 002/2010, firmado para a construção e operação da Arena Fonte Nova, determinando, dentre outros pontos, que o Estado da Bahia e a Fonte Nova Participações apresentassem, de modo conjunto e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, estudo visando à reavaliação e readequação econômico-financeira do contrato de concessão, com nova definição da matriz de risco do contrato.

Foram interpostos recursos contra esta decisão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, requerendo a revisão de suas determinações. Até a conclusão dos julgamentos destes recursos, não se pode considerar definitiva a decisão do órgão de controle e nem tampouco ser exigida a apresentação do estudo mencionado na resolução, devendo o prazo de 120 dias ser contado a partir do transito em julgado da decisão administrativa.

Vale esclarecer que a Desenbahia atua como interveniente no referido contrato de PPP e sua participação ocorre apenas no mecanismo de pagamento da contraprestação pública, previsto na Lei Estadual nº 11.447/2009, cuja finalidade é assegurar às concessionárias signatárias de contratos de PPP o integral, pontual e fiel adimplemento das obrigações contraídas pelo Poder Concedente, o Estado da Bahia. Saliente-se que o gerenciamento e a movimentação dos recursos são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil, na qualidade de Agente de Pagamento. A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia informa mensalmente à Desenbahia o valor da contraprestação devida nos termos de cada contrato de PPP. A Desenbahia então repassa as informações ao Banco do Brasil, que por sua vez providencia o pagamento de cada concessionário.

Sendo assim, considerando a limitação da posição contratual da Desenbahia, as determinações constantes da



Resolução nº 028/2017 do TCE não tem o condão de causar qualquer impacto no patrimônio desta Agência, não recaindo sobre ela quaisquer responsabilidades ou eventuais sanções, tanto que não há qualquer recomendação da Corte de Contas para a Desenbahia.

#### b) Consolidação de Propriedade de Títulos PESA

Em 26 de dezembro de 2017, a CETIP transferiu para a Desenbahia a propriedade de Certificados do Tesouro Nacional (CTN) garantidores do principal de 11 operações de crédito renegociadas conforme a Resolução nº 2.471 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 9.138, de 29.11.95, e a Resolução nº 2.238, de 31.01.96.

A Resolução CMN nº 2.471, conhecida como Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), foi editada para complementar o procedimento de alongamento das dívidas originárias de crédito rural que haviam sido excluídas pelo Art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 9.138 de 1995, e determinou como se daria a renegociação entre produtores rurais, Tesouro Nacional e instituições financeiras, no caso, a Desenbahia. Os produtores rurais que aderissem ao alongamento de suas dívidas rurais deveriam comprar Certificados do Tesouro Nacional (CTN) com valor de face equivalente à sua dívida a ser renegociada e repassá-los às instituições financeiras credoras. Dessa forma, o credor ficaria com os títulos como garantia do principal da operação, ficando o mutuário com a obrigação de pagamento dos juros acessórios durante a vigência da renegociação (20 anos). Os referidos títulos são corrigidos pelo IGP-M, mesmo indicador da remuneração da operação de crédito, e mais 12% a.a. para fazer face ao deságio incorrido na sua compra, de forma que no vencimento em 2020, tanto o saldo devedor do principal quanto o valor dos títulos apresentarão mesmo montante. Dessa forma o reembolso do capital da operação ocorreria no vencimento final mediante resgate dos títulos oferecidos em garantia e o reembolso dos juros se daria de acordo com o fluxo de receitas do mutuário, não podendo ultrapassar o período anual.

Considerando que a Consolidação de Propriedade dos Títulos do STN alterou apenas a característica da propriedade, de resolúvel para plena, e que essa transação, conforme ofício SEI nº. 28/2017/GEPRE/COSCD/COVID/SUDIP/STN-MF da Secretaria do Tesouro Nacional, mantém os títulos bloqueados até seu vencimento (2020) e assim não podendo a Desenbahia amortizar os saldos devedores das operações de crédito, porque não alienou nem resgatou os títulos, foi mantida a condição de garantia delas e dessa forma obedecida a prevalência da essência sobre a forma, característica essencial à apresentação das Demonstrações Contábeis, ficando garantida a representação fidedigna da situação patrimonial, financeira e econômica da Desenbahia para o exercício de 2018 e 2017.

CONTADOR	GERENTE FINANCEIRO	
Antônio Vinicius de Santana Tôres CRC-BA 24.277/O-0	Amadeu Campelo D'Amorim	
DIRETORIA		
Francisco Alfredo Marcilio de Sousa Miranda <b>Presidente</b>		
Agenor Barreto Martinelli Braga <b>Diretor de Desenvolvimento de Negócios</b>	Geraldo Dias Abbehusen <b>Diretor de Administração e Finanças</b>	Paulo de Oliveira Costa <b>Diretor de Operações</b>

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

**Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.**

Salvador – BA

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. ("Desenbahia" ou "Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

#### Contingências – notificações judiciais

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 (3) às demonstrações contábeis, na qual a Administração divulga informações relativas aos seguintes assuntos: (i) notificação judicial do Processo de nº 0102944-11.2018.8.06.0001, decorrente de uma ação de cobrança da vara cível da comarca de Fortaleza-CE no montante de R\$ 51.043; e (ii) notificação judicial do Processo de nº 0110544-77.1999.8.05.0001, ajuizado em 09 de dezembro de 1999, conforme sentença emitida pela justiça, e intimação de cobrança no valor de R\$ 66.198, encaminhada em 9 de março de 2018 para Agência. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Outros assuntos

#### Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas que emitimos relatório de auditoria em 26 de março de 2018 com opinião com ênfase referente à reestruturação administrativa, sem efeito para o período atual.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante,

inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 20 de fevereiro de 2019.

**Jairo da Rocha Soares**  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S – BA

**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA



#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da DESENBHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., em reunião para, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciarem o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado e dos Fluxos de Caixa, juntamente com as Mutações do Patrimônio Líquido da Agência relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, verificaram a exatidão de todos os documentos apresentados, à luz do Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 20 de fevereiro de 2019.

Antonio Félix Macêdo Mascarenhas  
**Presidente**

Augusto Cezar Guenem da Fonseca

Ayala Mariucha Guedes G. Rocha

Luiza Amélia Guedes M. Melo

Paulo Henrique de Almeida

#### PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da DESENBHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 142, da Lei 6.404/76, de 15/12/76, manifesta-se pela aprovação do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria da Agência, pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, seguindo o Parecer do Conselho Fiscal emitido em 20 de fevereiro de 2019.

Salvador, 20 de fevereiro de 2019

João Batista Aslan Ribeiro  
**Presidente**

Antonio Humberto Novais de Paula

Carlos Palma de Mello

Francisco Alfredo Marcilio de Sousa Miranda

Frederico Matos de Oliveira

Paulo de Oliveira Costa

Sérgio Dourado Gaspar